

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

INSTITUTO DO NOROESTE FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO – PPGEn

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA  
INCLUSIVA: ESTUDO DE CASO SOBRE DIRETRIZES IMPLEMENTADAS  
NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA/RJ.**

DANIELLE PEREIRA BARCELLOS

Santo Antônio de Pádua

2023

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA  
INCLUSIVA: ESTUDO DE CASO SOBRE DIRETRIZES IMPLEMENTADAS  
NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA/RJ.**

DANIELLE PEREIRA BARCELLOS

Dissertação apresentada à coordenação do curso de Mestrado em Ensino, do Programa de Pós-graduação em Ensino, do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre/a em Ensino.

Orientadora:

Prof.<sup>a</sup>Dr.<sup>a</sup> Jacqueline de Souza Gomes

Santo Antônio de Pádua

2023

Ficha catalográfica automática - SDC/BNF  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

B242e Barcellos, Danielle Pereira  
EDUCAÇÃO ESPECIAL E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA  
INCLUSIVA: ESTUDO DE CASO SOBRE DIRETRIZES IMPLEMENTADAS NO  
MUNICÍPIO DE MIRACEMA/RJ. / Danielle Pereira Barcellos. - 2023.  
96 f.

Orientador: Jacqueline de Souza Gomes.  
Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal Fluminense,  
Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, Santo  
Antônio de Pádua, 2023.

I. Educação Especial. 2. Educação Inclusiva. 3.  
Miracema/RJ. 4. Produção intelectual. I. Gomes, Jacqueline  
de Souza, orientador. II. Universidade Federal Fluminense.  
Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior. III.  
Título.

CDD - XXX

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA  
INCLUSIVA: ESTUDO DE CASO SOBRE DIRETRIZES IMPLEMENTADAS  
NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA/RJ**

DANIELLE PEREIRA BARCELLOS

Dissertação apresentada à coordenação do curso de Mestrado em Ensino, do Programa de Pós-graduação em Ensino, do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre/a em Ensino.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Jacqueline de Souza Gomes - Orientadora - UFF

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Érika Silos de Castro Batista - UFF

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. PatriciaGräaf – UFFS

Santo Antônio de Pádua

2023

Dedico este trabalho ao meu esposo Alexsandro e ao meu filho Anthony, pelo amor que transcende todo e qualquer entendimento, pelo incentivo e apoio imensurável, assim como, pela sensibilidade em entender que minha ausência em alguns momentos era para abrir passagem para a realização de um sonho.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço aos meus familiares e amigos pelos momentos de alegrias proporcionados e pelos encontros tão necessários durante todo o desenvolvimento da pesquisa no intuito de tornar o percurso mais leve.

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jacqueline de Souza Gomes, por me acolher como orientanda num momento difícil de pandemia da COVID-19 e pela disponibilidade em ouvir, indicar os possíveis caminhos a seguir e pelos ensinamentos proporcionados. Obrigado pela dedicação e por ter acreditado na execução dessa árdua tarefa.

Às professoras titulares integrantes da Banca Avaliadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jacqueline de Souza Gomes, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Érika Silos, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Gräaf e das professoras suplentes: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Francisca Marli de Andrade e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dra. Elaine Dupas pela acolhida e por aceitarem a participar desta banca. Um agradecimento especial à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Érika Silos e a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Gräaf que integraram a banca de qualificação e deram contribuições valiosas e imprescindíveis para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos(às) pesquisadores(as) dos Grupos de Pesquisas do Observatório sobre Inclusão em Educação e Direitos Humanos, da Universidade Federal Fluminense - UFF ao qual sou integrante, pelas aprendizagens proporcionadas nos cursos e encontros de estudo que participei, em que muito aprendi, e que ajudaram na condução da presente pesquisa.

Aos (às) professores (as) e equipe de gestão da Secretaria de Educação do Município de Miracema/RJ, cujo trabalho tive o prazer de acompanhar, assim como também, tive o prazer de ouvir os relatos tão carregados de experiência e amor a profissão. Agradeço, especialmente, aos membros da equipe do Núcleo de Atendimento Especializado (NAE) e Núcleo de Atendimento Psicossocial Escolar (NAPSE) da Secretaria de Educação do Município de Miracema/RJ, com os(as) quais tive o imenso prazer em ouvir, dialogar e aprender cada dia mais sobre a diversidade, assim como pela riqueza das narrativas, muitas vezes acaloradas que tivemos.

Agradeço aos(às) amigos(as) do Colégio Estadual Deodato Linhares pelo apoio e consideração, pois é no dia a dia que aprendemos mais sobre esse grande desafio que significa ser professor(a). Agradeço também aos(às) amigos(as) de trabalho pelo incentivo, apoio e torcida para que este trabalho pudesse estar concluído.

**MUITO OBRIGADA!!**

“Foi pra diferenciar  
Que Deus criou a diferença  
Que irá nos aproximar  
Intuir o que ele pensa  
Se cada ser é só um  
E cada um com sua crença  
Tudo é raro, nada é comum  
Diversidade é a sentença  
(...)  
Que a vida é repleta  
E o olhar do poeta  
Percebe na sua presença  
O toque de Deus  
A vela no breu  
A chama da diferença”.

*Diversidade – Lenine*

## RESUMO

Nesta dissertação, trago uma reflexão sobre o passado e o presente da Educação Especial no município de Miracema/RJ, analisando se o município se adequou à Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEEI), com a oferta da Educação Especial em sua rede de ensino, assim como observo se a Educação Inclusiva é prioridade em projetos municipais. A pesquisa foi estruturada em formato *multipaper*, sendo composta por três artigos que se complementam e/ou suplementam. O objetivo geral foi analisar o impacto do trabalho realizado pelas equipes dos núcleos de atendimentos multidisciplinares atuantes no município e seus reflexos na vida escolar de estudantes com deficiência atendidos por estas unidades, com direcionamento para se as ações efetivam a vigente política de inclusão escolar e se contribuem para o fortalecimento da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva na rede municipal. Tomamos como base questões como a trajetória de amadurecimento da Educação Especial em Miracema/RJ em consonância com a vigente Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE) como marco legal. Esta dissertação utiliza como ferramentas analíticas a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a pesquisa narrativa, onde cada artigo foi desenvolvido com procedimentos, instrumentos e técnicas variadas, todos no âmbito da pesquisa qualitativa. Por fim, concluo que o município de Miracema tem buscado avançar na implementação de um modelo inclusivo de educação, porém ainda se tornam necessárias adequações para o fortalecimento do que normatiza a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEE).

**Palavras-chave:** Educação Especial. Educação Inclusiva. Miracema/RJ.

## ABSTRACT

This dissertation presents a reflection on the past and present of Special Education in the municipality of Miracema/RJ, analyzing whether the municipality has adapted to the National Policy for Inclusive Special Education (PNEE), with the provision of Special Education in its teaching network, as well as showing whether Inclusive Education is a priority in their projects. The research was structured in a multipaper format, consisting of three articles that complement and/or supplement each other. The main objective of this study was to analyze the impact of the work carried out by the teams of the multidisciplinary care centers operating in the municipality and its impact on the school life of students with disabilities served by these units, analyzing whether the actions implement the current school inclusion policy and whether contribute to strengthening Special Education from the perspective of Inclusive Education in the municipal education network of Miracema/RJ. To carry out this research, we took as a basis issues such as the maturation trajectory of Special Education in the municipality of Miracema/RJ in line with the current National Policy on Special Education in the perspective of Inclusive Education (PNEE) as a legal framework. The dissertation uses bibliographic research, document analysis and narrative research as an analytical tool, where each article was developed with different procedures, instruments and techniques, all within the scope of qualitative research. In such a study, it was possible to identify that the municipality of Miracema has shown great interest in moving forward in the implementation of an inclusive model of education, but adjustments are still necessary in order to advance in the strengthening of public policies aimed at Special Education, as established in the Policy National Institute of Inclusive Special Education (PNEE).

**Keywords:** Special Education. Inclusive education. Miracema/RJ.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Mapa de Miracema.....	33
<b>Tabela 1</b> – Quantitativo de Escolas em Miracema.....	34
<b>Tabela 2</b> – Quantitativo de Matrículas em Miracema.....	34
<b>Figura 2</b> – Prédio da APAE em Miracema.....	71
<b>Figura 3</b> – Estatuto da APAE de Miracema.....	72
<b>Figura 4</b> – Sede do NAE de Miracema.....	77
<b>Figura 5</b> - Sede do NAPSE.....	81

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>    A MEMÓRIA DE MINHAS INQUIETAÇÕES .....</b>	<b>11</b>
<b>    DO INQUIETANTE PERCURSO A PRODUÇÃO DAS DESCOBERTAS ....</b>	<b>13</b>
<b>ARTIGO 1 - EDUCAÇÃO PARA TODOS: ESTUDO REFLEXIVO SOBRE A REALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MIRACEMA/RJ. ....</b>	<b>18</b>
<b>ARTIGO 2 - DAS CLASSES ESPECIAIS À EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA DE EDUCAÇÃO DE MIRACEMA/RJ .....</b>	<b>444</b>
<b>ARTIGO 3 - TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM MIRACEMA/RJ: DE ONDE SAÍMOS, PARA ONDE SEGUIMOS? .....</b>	<b>611</b>
<b>CONSIDERAÇÕES GERAIS .....</b>	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>8988</b>
<b>ANEXO A – Comprovante de Submissão do Artigo 1 .....</b>	<b>9493</b>
<b>ANEXO B – Comprovante de Publicação do Artigo 2 .....</b>	<b>954</b>

## INTRODUÇÃO

### A MEMÓRIA DE MINHAS INQUIETAÇÕES

Sempre fui estudante de escola pública, da Educação Infantil ao Ensino Médio, assim como também fiz meu primeiro Curso de Nível Superior em Universidade Pública, a Universidade Federal Fluminense - UFF, no Curso de Ciências Contábeis em Miracema/RJ, cidade onde nasci, fui criada e onde resido até hoje, o que muito me orgulha! Hoje, enquanto estudante do Mestrado em Ensino, também pela UFF, sempre me pego refletindo sobre o que me motivou a pesquisar sobre a Educação Especial na perspectiva inclusiva e, com isso, me vem em mente, como se fosse uma memória afetiva inquietante, minha infância e, principalmente, a passagem pelo 1º segmento do Ensino Fundamental (à época chamado de 1º a 4º série). Lembro-me bem que na escola onde estudei havia uma classe especial para atender aqueles estudantes que, por motivos que eu não tinha maturidade para entender à época, não podiam estudar junto com os ditos “normais”.

Como sempre fui muito curiosa e empática, tinha a curiosidade de saber o porquê aqueles alunos que possuíam algum tipo de deficiência precisavam ter uma sala só para eles, um horário de entrada e saída diferente do meu, o que também acontecia na hora do recreio, que era segregado do restante dos alunos. Isso era um incômodo que me acompanhava já aos 6 anos de idade. Não era permitido nossa interação com eles, à época alguns diziam que eles precisavam de cuidados, eram muito frágeis, outros diziam que eram doentes e poderiam causar algum tipo de perigo às crianças “normais”.

Nesses relances de lembrança sempre me vinha à memória um menino que tinha surdez, vizinho de minha avó e também aluno da classe especial de minha escola. Criamos uma amizade fora dos muros da escola. Eu e minhas primas brincávamos na rua em frente à casa de minha avó onde esse amigo “diferente” sempre estava e ali nasceu uma infância de brincadeiras, onde ele era “incluído” em nossas travessuras e percebíamos que ele ficava feliz em

participar. Ele alegrava-se por reconhecer-se como capaz de participar de nossas brincadeiras de queimada, pique-esconde, pique-alturinha, entre tantas outras... Nesta época não imaginávamos o que significava a Língua de Sinais, mas ainda assim, achávamos muito interessante a forma como ele se comunicava e fazíamos de tudo para interagirmos, criarmos gestos para que ele pudesse entender como seria a brincadeira do dia. Percebíamos que os adultos não viam nossa genuína amizade de infância com bons olhos, sempre tinha alguém que soltava alguma piadinha preconceituosa, mas que não nos impediu de compartilhar momentos de muita diversão com ele...O tempo passou, o amigo se mudou para outro bairro, eu mudei de escola, pois o 2º segmento do ensino Fundamental não era ofertado na escola que estávamos matriculados até então, e, com isso, perdemos o contato com esse amigo especial que tanto nos ensinou sobre a vida, sobre o respeito as diferenças, sobre a empatia, sobre sermos iguais em nossas diferenças. Na escola nova, estudei até concluir o ensino médio em 1998, e logo no ano seguinte já estava cursando o curso Superior em Contabilidade na UFF.

Em 2006, iniciei minhas atividades profissionais como professora concursada para Ensino Fundamental pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua/RJ, e em 2008, como professora também de Ensino Fundamental pela Prefeitura Municipal de Miracema/RJ, cidade onde resido até então. Mesmo já sendo funcionária pública, amando o que fazia, que era dar aulas para crianças na alfabetização, eu tinha o sonho de trabalhar na minha área de formação, que era contabilidade. Em 2010, tive a oportunidade de prestar concurso para Docente de Contabilidade na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro- SEEDUCe ser aprovada, iniciando minha jornada profissional no mesmo Colégio Estadual que me formei no Ensino Médio. Foi uma satisfação retornar ao Colégio como colega de trabalho dos professores que acompanharam minha trajetória escolar. Nessa escola tive a oportunidade de dar aula para o curso Técnico de Contabilidade até 2013e para substituir uma professora da disciplina de matemática nas turmas do NEJA (modalidade de Educação de Jovens e Adultos). Foi uma experiência incrível! Também foi aí que o destino me girou de ponta a cabeça: aquela inquietude que eu tinha na

infância retornou de forma muito intensa tendo em vista as circunstâncias que passo a narrar.

Quando fui me apresentar para a turma do NEJA I, percebi que na sala havia três alunos com surdez, contando com o apoio de uma intérprete, por ordem do destino, um deles reconheci ser o meu amigo de infância. Nesse momento um filme passou em minha cabeça. Veio a nostalgia de revê-lo e, ao mesmo tempo, uma indignação por perceber que já tinha se passado mais de 20 anos e ele ainda continuava nos bancos escolares, ainda tentando concluir o Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos por sua idade já avançada (cerca de 12 anos mais velho que eu). A partir deste momento, alguns questionamentos me atravessaram de forma a tentar entender as lacunas que a Educação Especial poderia ter em meu município. Fui tecendo para mim algumas indagações: o que teria acontecido no percurso da escolarização dele e dos outros alunos que ali estavam? Porque o tempo escolar passou para mim de uma forma e para eles o processo foi muito mais longo? Onde (o que e como) eles estavam estudando durante esse tempo todo? E como ele foi parar ali, naquela escola regular, num curso de Educação de Jovens e Adultos?

Senti que precisava de algumas respostas e que, para isso, um estudo sobre o passado e o presente da Educação Especial em Miracema era necessário bem como uma investigação sobre se o município de Miracema/RJ havia se adequadado à Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, como prioridade em seus projetos. Respostas que procuro encontrar com este trabalho de dissertação intitulado: “EDUCAÇÃO ESPECIAL E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA INCLUSIVA: ESTUDO DE CASO SOBRE DIRETRIZES IMPLEMENTADAS NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA/RJ”.

## **DO INQUIETANTE PERCURSO À PRODUÇÃO DAS DESCOBERTAS**

Reconheço que, tradicionalmente, as dissertações são apresentadas no formato monográfico. Contudo, optei por adotar no presente trabalho o formato multipaper. Apresento, pois, um relato de pesquisa estruturado e apresentado

sob a forma de três artigos científicos “publicáveis”. A pesquisa é um estudo de caso que busca problematizar nos artigos a seguinte questão: como foi a trajetória de amadurecimento da Educação Especial no município de Miracema/RJ em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva - PNEE(2008)?

Justifico-a pela ausência de publicações com foco numa análise reflexiva e crítica sobre as práticas de Políticas Públicas voltadas para o fortalecimento da Educação Especial em encontro ao que apregoa o PNEE de 2008. Para isto, de maneira ampla, analiso o impacto do trabalho realizado pelas equipes dos núcleos de atendimentos multidisciplinares atuantes no município e seus reflexos na vida escolar de estudantes com deficiência atendidos por estas unidades, analisando se as ações efetivam a vigente política de inclusão escolar e se contribuem para o fortalecimento da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva na rede municipal de ensino de Miracema/RJ. De maneira restrita, nossos objetivos foram:

- a) compilar, através de pesquisa narrativa, informações sobre a história da Educação Especial no município de Miracema, assim como sua evolução ao longo do tempo até os dias atuais;
- b) analisar documentos e dados municipais, como o Censo Escolar, sobre como está organizada a Educação Especial na rede de ensino do município de Miracema-RJ, apontando aspectos positivos e negativos;
- c) analisar como (e se) as práticas de acompanhamento multidisciplinar efetuado atualmente por núcleos de atendimento, a saber, NAE e NAPSE, contribuem para a efetivação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) no município de Miracema;
- d) contribuir para a divulgação científica de informações sobre políticas públicas de inclusão escolar em âmbito municipal.

Neste sentido, investigamos as seguintes “hipóteses”:

- a) O município de Miracema possui políticas profícuas de incentivo à efetivação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008);
- b) O trabalho das equipes de atendimentos multidisciplinares contribui para o amadurecimento e o fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) no município de Miracema;
- c) O município pode ser considerado pioneiro regional na realização de um trabalho de atendimento às crianças através de núcleos/centros especializados de atendimentos multiprofissionais.

Como ponto de partida, entendo que uma política pública de inclusão escolar deve se voltar para a educação como direito e irá se efetivando de maneira gradativa, contínua, sistemática e planejada, favorecendo a que todos os alunos/as possam ter atendidas as suas necessidades individuais de aprendizagem. Desta forma, apesar de existirem leis<sup>1</sup> que regulamentam a educação inclusiva, instituindo-a como um direito de todos/as, é na prática que podemos verificar se tal direito está sendo efetivado.

Teoricamente, a pesquisa foi emoldurada através da análise de legislação que permeia a Educação Especial Inclusiva, assim como, através de embasamento teórico de autores/as como Carla Bianchi Angelucci, Mel Ainscow, Anahí Guedes de Melo, Maria Teresa Égler Mantoan, Romeu Sasaki, Rosita Edler Carvalho e Leny Magalhães Mrech, que defendem a escola inclusiva onde todos os seus personagens possam aprender a respeitar as diferenças, que defendem ser este o primeiro passo para uma sociedade mais justa e igualitária.

---

<sup>1</sup> BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com

Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 7 jul. 2015.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm).

BRASIL. Resolução no 04 de 2 de outubro de 2009 – CNE. Brasília, DF, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)

Os artigos apresentados neste trabalho foram estruturados e desenvolvidos com o intuito de atribuir significado as inquietações que me acompanharam ao longo da vida. Neste sentido, procuro trazer nesta dissertação composta por três artigos que se complementam (ou suplementam), a partir dos seguintes eixos de pesquisa abaixo apresentados:

***Artigo 1. Educação para Todos: Estudo reflexivo sobre a realidade da Educação Especial em Miracema/RJ.***

Neste produto, constante do capítulo 1, realizo um estudo reflexivo sobre como é a realidade da Educação Especial no município de Miracema/RJ em relação às legislações atuais, assim como, pondero o posicionamento de diversos autores renomados que pesquisam sobre o tema da Educação Especial e Inclusiva. Tal artigo foi submetido à Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial da UNESP- Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, e encontra-se em fase de aceite.

***Artigo 2. Das Classes Especiais à Educação Inclusiva: um estudo sobre o Sistema de Educação de Miracema/RJ.***

Dando prosseguimento à pesquisa, no capítulo 2 (artigo 2) procuro traçar uma linha temporal que se inicia em 2006, com a extinção das classes especiais e a integração dos alunos com deficiência no ensino regular, tentando explicar ao leitor como aconteceu tal mudança, trazendo os fatos e narrativas de profissionais e alunos que participaram dessa transição na realidade da Educação do município de Miracema/RJ. Ressalto que tal artigo submetido e aceito pela Revista Teias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e encontra-se em fase de edição.

***Artigo 3. Trajetória da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em Miracema/RJ: de onde saímos, para onde seguimos?***

No capítulo 3 (artigo 3), fechamento dessa pesquisa, procuro contextualizar a Educação Especial e Inclusiva atualmente em atividade na rede municipal de ensino, enfatizando o trabalho das equipes multiprofissionais e multidisciplinares da Escola Especializada Paulo José Linhares (APAE), do

Núcleo de Atendimento Especializado (NAE) e do Núcleo de Apoio Psicossocial Escolar (NAPSE), que oferece atendimentos aos alunos do município de Miracema/RJ através de equipes que trabalha de forma integrada, cada uma dentro de seu segmento de trabalho, com terapias que ajudam na inclusão de alunos na vida escolar. Este artigo será submetido em breve à Revista “Educação Especial” da Universidade Federal de Santa Maria.

Acredito que as inquietações aqui compartilhadas são um convite em aberto para que outras pesquisas sobre a Educação Especial ofertada pelo município de Miracema/RJ sejam realizadas. Entendo que muito há que se pesquisar ainda, principalmente para incentivar gestores públicos a promoverem ações concretas para adequar aeducaçãomunicipal aos parâmetros legais e para garantir uma educação de qualidade para todos/as.

## **ARTIGO 1 -EDUCAÇÃO PARA TODOS: ESTUDO REFLEXIVO SOBRE A REALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MIRACEMA/RJ.**

Submetido e aceito pela Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial(Anexo A)

### **RESUMO**

Segundo dados da PNAD/2021, apresentados pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), mais de 244 mil crianças entre 6 e 14 anos com algum tipo de deficiência, estão fora das escolas e, ainda assim, persistem no imaginário social ideias de aulas separadas para estudantes com deficiências. Nesse contexto, faz-se necessário demandas sobre como promover a inclusão escolar, principalmente em âmbito municipal, de forma a deixar para trás concepções ultrapassadas, como as escolas especiais ou classes especiais para atendimento a crianças com deficiência, assim como modelos de propostas voltadas para a área médica, que se orientam apenas a partir da medicalização como tratamento. O presente estudo traz uma reflexão sobre os “caminhos” para a materialização de uma escola para todos/as, ou seja, uma escola que seja verdadeiramente democrática, destacando-se para isso o movimento de luta daqueles que estão (ou não) incluídos nas políticas públicas de forma adequada, de forma a terem a oportunidade de ajustarem sua representação, enfatizando a multiplicidade de diferenças que os compõe. Nesse sentido, a pesquisa busca analisar a situação da Educação Especial no Plano Municipal de Educação do município de Miracema/RJ, projetando um comparativo com os dispositivos legais que garantem o acesso à educação para todos e o trabalho oferecido pelo Núcleo de Atendimento Especializado (NAE). Metodologicamente, as reflexões apresentadas contam com aporte bibliográfico e documental, com vistas a analisar a atual situação da Educação Especial em consonância com o que delibera o Plano Municipal de Educação no município de Miracema, no Estado do Rio de Janeiro. Fundamentamo-nos, ainda, em marcos legais e autores como Paulo Freire, Maria Tereza Mantoan, Rita de Cassia Fumegalli, entre outros. Conclui-se que Miracema vem expandindo seus horizontes no que concerne à implementação do que infere a meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, buscando promover uma ruptura com os preconceitos sociais relacionados à educação de estudantes com deficiências, traçando um novo caminho, onde o compromisso é com uma educação que se propõe universal, que deve incluir a diversidade, fugindo de modelos padronizados, que não respeitam a realidade dos estudantes e de suas famílias e promovem cenários de exclusão e fracasso escolar.

**Palavras-chave:** Educação Especial; Educação Inclusiva; Núcleo de Atendimento Especializado (NAE); Miracema.

### **ABSTRACT**

According to data from PNAD/2021, presented by IPEA (Institute of Applied Economic Research), more than 244,000 children between 6 and 14 years old with some type of disability are out of school and, even so, ideas for classes persist in the social imagination. separate for students with disabilities. In this context, demands are needed on how to promote school inclusion, especially at the municipal level, in order to leave behind outdated concepts, such as special schools or special classes for children with disabilities, as well as models of proposals aimed at the medical area, which are guided only by medicalization as a treatment this is the struggle of those who are (or are not) adequately included in public policies, in order to have the opportunity to adjust their representation, emphasizing the multiplicity of differences that compose them. In this sense, the research seeks to analyze the situation of Special Education in the Municipal Education Plan of the municipality of Miracema/RJ, designing a comparison with the legal provisions that guarantee access to education for all and the work offered by the Specialized Care Center (NAE ). Methodologically, the reflections presented rely on bibliographical and documental support, with a view to analyzing the current situation of Special Education in line with the deliberations of the Municipal Education Plan in the municipality of Miracema, in the State of Rio de Janeiro. We are also based on legal frameworks and authors such as Paulo Freire, Maria Tereza Mantoan, Rita de Cassia Fumegalli, among others. It is concluded that Miracema has been expanding its horizons with regard to the implementation of what infers goal 4 of the National Education Plan (PNE) and the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education, seeking to promote a break with social prejudices related to the education of students with disabilities, charting a new path, where the commitment is to an education that is universal, which must include diversity, avoiding standardized models that do not respect the reality of students and their families and promote scenarios of exclusion and school failure.

**Keywords:** Special Education; Inclusive education; Specialized Service Center (NAE); Miracema.

## **RESUMEN**

Según datos de la PNAD/2021, presentados por el IPEA (Instituto de Investigaciones Económicas Aplicadas), más de 244.000 niños entre 6 y 14 años con algún tipo de discapacidad no asisten a la escuela y, aun así, las ideas para las clases persisten en la sociedad. imaginación separada para estudiantes con discapacidades. En este contexto, se requieren demandas sobre cómo promover la inclusión escolar, especialmente a nivel municipal, para dejar atrás conceptos obsoletos, como escuelas especiales o clases especiales para niños con discapacidad, así como modelos de propuestas dirigidas a los médicos. que se guían únicamente por la medicalización como tratamiento, es la lucha de quienes están (o no están) adecuadamente incluidos en las políticas públicas, para tener la oportunidad de ajustar su representación, enfatizando la multiplicidad de diferencias que las componen. En ese sentido, la investigación

busca analizar la situación de la Educación Especial en el Plan Municipal de Educación del municipio de Miracema/RJ, diseñando una comparación con las disposiciones legales que garantizan el acceso a la educación para todos y el trabajo ofrecido por el Centro de Atención Especializada (NAE). Metodológicamente, las reflexiones presentadas cuentan con apoyo bibliográfico y documental, con el fin de analizar la situación actual de la Educación Especial en línea con las deliberaciones del Plan Municipal de Educación en el municipio de Miracema, en el Estado de Río de Janeiro. También nos basamos en marcos legales y autores como Paulo Freire, Maria Tereza Mantoan, Rita de Cassia Fumegalli, entre otros. Se concluye que Miracema ha venido ampliando sus horizontes en lo que se refiere a la implementación de lo que infiere la meta 4 del Plan Nacional de Educación (PNE) y la Política Nacional de Educación Especial desde la Perspectiva de la Educación Inclusiva, buscando promover la ruptura con los prejuicios sociales relacionados con la educación de los alumnos con discapacidad, trazando un nuevo camino, donde se apuesta por una educación universal, que debe incluir la diversidad, evitando modelos estandarizados que no respetan la realidad de los alumnos y sus familias y fomentan escenarios de exclusión y fracaso escolar.

**Palabras clave:** Educación Especial; Educación inclusiva; Centro de Servicios Especializados (NAE); Miracema.

## INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade que luta por qualidade na educação, melhores condições de trabalho para os profissionais da educação, assim como, por uma escola que eduque para a vida, mas que, em contramão, desconsidera pessoas em razão de diferenças de características, sejam elas intelectuais, físicas, culturais, sexuais, sociais, linguísticas, discriminando ainda as pessoas que não podem ir às aulas porque trabalham, ou aquelas que de tanto passar por processos de reprovação escolar desistiram de estudar, dentre tantos outros motivos deterministas de um modelo tradicional de educação escolar, ou seja, uma escola que ainda tece tramas de desigualdades sociais em seu interior (ALMEIDA, 2018).

Nesse contexto, ratificando o que estabelece a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, conhecida também como Conferência de Jomtien, realizada na Tailândia no ano de 1990, que discutiu a ideia de “educação para todos” e assumiu-se como compromisso mundial o estabelecimento de garantias para

que todas as pessoas tenham acesso a conhecimentos básicos necessários para uma vida digna, condição insubstituível para o advento de uma sociedade mais humana e mais justa (MRECK, 2015). Em continuidade a tais propostas, a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) aponta para o momento de se debater e tomar providências no intuito de se construir um sistema escolar inclusivo:

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas (BRASIL, 2008, p.50).

Nessa perspectiva, inicia-se um movimento de luta em favor da inclusão que teve como base o princípio de igualdade de oportunidades nos sistemas sociais, incluindo a instituição escolar. Significa que todos/as os alunos/as têm o direito de frequentar a escola regular e que a diversidade deve ser valorizada, zelando pela construção de práticas que garantam a aprendizagem a todos/as, no mesmo espaço escolar, reconhecendo e respeitando a singularidade de atendimento de cada aluno/a. Nesse contexto, após diversas discussões, concluiu-se que o movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação (BRASIL, 2008, p.5).

Ressaltamos a importância de se identificar a discriminação que acontece em condutas veladas, que frustram, negam ou restringem o acesso a um direito que é de todos/as ou, pelo menos deveria ser, e lutarmos para que todos/as tenham seu espaço garantido na escola, não o mesmo espaço, mas o espaço que acolha a cada pessoa com sua singularidade, que acolha a todos/as indistintamente (MACHADO; CAZINI, 2019).

Neste artigo, objetivamos analisar, por meio de um estudo reflexivo

embasado na Revisão Bibliográfica e Análise Documental, o cenário da Educação Especial no Plano Municipal de Educação do município de Miracema/RJ, projetando um comparativo com os dispositivos legais que garantem o acesso à educação para todos/as. Para tanto, foram usadas fontes diversas como livros, revistas, artigos, periódicos eletrônicos, legislações e outras publicações acadêmicas, conferindo o arcabouço teórico para as assertivas apresentadas.

## **METODOLOGIA**

Para desenvolver uma análise sobre a situação da Educação Especial em conformidade com o Plano Municipal de Educação do município de Miracema/RJ, projetamos um comparativo com os dispositivos legais que garantem o acesso à educação para todos/as, propondo uma pesquisa de natureza qualitativa (VILELAS, 2009). Segundo Vilelas (2009), a pesquisa de abordagem qualitativa está direcionada a descoberta, a descrição aprofundada, a identificação, a significação e a intencionalidade, bem como as relações. Sendo assim, por intermédio da abordagem qualitativa do tipo documental e pesquisa bibliográfica pretendemos compreender a política de educação especial implementada no município de Miracema/RJ definido a partir do trabalho multidisciplinar do Núcleo de Atendimento Especializado (NAE). Considerando que para o desenvolvimento deste estudo serão analisados o Plano Municipal de Educação (2015-2025) comparando-o a proposta do Plano Nacional de Educação (2014), embasamos ainda, tal estudo aos referenciais legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ludke e André (1986) destacam que a análise documental é compreendida como o estudo e a análise de documentos na busca de informações, a fim de encontrar as circunstâncias relacionadas às questões inerentes. Ressaltamos que a utilização da pesquisa bibliográfica foi proveitosa por julgá-la como instrumento que possibilita a avaliação do conhecimento produzido em pesquisas prévias e permitir destacar conceitos, procedimentos, resultados e discussões relevantes para o trabalho em elaboração.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### UMA “EDUCAÇÃO PARA TODOS/AS”: JORNADA RUMO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Neste tópico se discute a educação em relação a seu caráter inclusivo, que ainda representa um grande desafio nos dias atuais, considerando que se trata não apenas de incluir fisicamente, mas também de estabelecer diretrizes eficazes que contemple um processo de ensino e aprendizagem dinâmico, capaz de reconhecer as necessidades dos estudantes e oferecer condições pedagógicas para sua aprendizagem e desenvolvimento. Ao trazer a problemática da Educação para Todos/as para análise e discussão, é notório que há muito a se depreender sobre tal tema, pois a Educação Especial na perspectiva Inclusiva no Brasil ainda caminha a passos lentos, conforme explicam Pertile e Rossetto (2016), porém, com uma análise mais otimista, podemos considerar que a Educação Especial é um processo em construção, que precisa ser fortalecido em diferentes frentes tanto na sociedade política quanto na sociedade civil.

Facion menciona que “incluir não é simplesmente levar uma criança com deficiência a frequentar o ensino regular, é mais, a inclusão é uma conquista diária para a escola, para a criança e para seus pais” (FACION, 2009, p. 203). Contudo, é importante refletir como é regido o dia a dia da escola; de um lado temos a regulamentação dos objetivos da educação e suas legislações e, de outro, a autonomia do professor na prática pedagógica, o que pode trazer complexidade ao processo de inclusão. Daí ressaltamos a importância do diálogo entre os profissionais que compõem o ambiente escolar e também o incentivo à formação continuada para esses profissionais.

Conforme explicam Veiga Neto e Lopes (2011), excluídos são aqueles que, de alguma forma, são discriminados pelo Estado e/ou sociedade. Pode ainda ser entendida como uma situação de luta pela possibilidade de participar de espaços públicos e se autorrepresentar, sendo o indivíduo também abarcado pelas políticas públicas planejadas e executadas pelo Estado.

Embora pensemos ser óbvio que problematizar a inclusão não significa sermos contra as práticas e políticas que a inventam como uma necessidade de nosso tempo, é sempre bom lembrarmos que ao tecermos a crítica à inclusão queremos, como nos ensina Michel Foucault, “tornar difíceis os gestos fáceis demais”, uma tarefa que o filósofo considera “absolutamente indispensável para qualquer transformação” (VEIGA NETO e LOPES, 2011, p.2)

De acordo com os preceitos da Lei nº 9.394/96, todas as pessoas possuem o direito de frequentar uma escola regular, podendo conviver com outras crianças e os demais membros da comunidade escolar, se socializando e assimilando todo o conhecimento que for capaz de obter naquele momento, dentro de suas possibilidades (BRASIL, 1996).

Nesse cenário embasado por marcos legais importantes, percebe-se que as crianças com deficiências se beneficiam ao participarem de uma escola regular, recebendo os conhecimentos necessários ao seu desenvolvimento integral, ainda que, para isso, a escola utilize de adequação pedagógica e curricular a ser realizada por profissional capacitado para a Educação Especial. Nesta perspectiva, a escola pode colaborar na desconstrução de estigmas, como a errônea ideia de que nem toda pessoa aprende, e nesse processo de desconstruir preconceitos, a escola beneficia a todos/as por meio do convívio em um ambiente escolar comum (MENDES, 2020). Ressaltamos a importância da presença do professor especialista em educação especial, que em cooperação com o professor de sala regular, pode transformar a prática pedagógica da escola nessa direção.

Ao sistematizarmos o conjunto de ponderações sobre a Educação Inclusiva, versaremos uma reflexão sobre a educação brasileira, que se desenvolveu dividida em a escola voltada à elite, que almeja ingressar no ensino superior, e a escola profissional e técnica, voltada a classe trabalhadora, que busca ingressar no mundo do trabalho. Essa divisão ainda persiste, mesmo que veladamente, nos discursos alinhados à educação pública. Nesse contexto, percebe-se que esta divisão serve para reforçar a ruptura entre as classes sociais, pois enquanto o rico tem acesso à educação particular e consegue progredir na estrutura social, o pobre permanece na educação pública sem aprender os conhecimentos complexos e sem

perspectiva de mobilidade social. Nesse sentido, para Bourdieu e Passeron (1998) a escola pode ser considerada como reprodutora das desigualdades sociais, simbolizando e dividindo-se em “escola do acolhimento social para os pobres” e “escola do conhecimento para os ricos”<sup>2</sup>.

Considerando tal análise, a escola é apresentada como palco para a exclusão, ao segregar estudantes que não acompanham seu currículo categorizado em disciplinas, ao excluir aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem, estudantes com deficiências, pessoas mais pobres, pessoas negras, pessoas indígenas, ou seja, ao excluir todos/as aqueles/as que não estão tendo os resultados que são considerados relevantes segundo os “padrões” sociais. Diante disso, entendemos ser necessário que a escola se organize pedagogicamente para propor ações capazes de favorecer a aprendizagem para a diversidade, valorizando a multiplicidade de experiências de sermos e estarmos no mundo.

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela. (MANTOAN, 2006, p.13).

De acordo com a Declaração de Jomtien (UNESCO, 1990), defendemos uma educação que contribua para a construção de um mundo mais seguro, próspero e sadio, favorecendo o progresso social, cultural e econômico, bem como a cooperação e a tolerância. Neste contexto, percebe-se ter a escola o compromisso fundamental na formação social dos indivíduos,

---

<sup>2</sup>Bourdieu e Passeron (1998) afirmam que a escola se constituía no instrumento mais acabado do Capitalismo para reproduzir as relações de produção e ideologia do sistema. Desta forma, qualquer ação pedagógica já é uma violência imposta pela cultura dominante, isto é, a classe dominante que decide como a escola deve se apropriar da pedagogia em decorrência da divisão social. Assim, percebe-se que para a classe dominante a educação é uma forma de perpetuar sua posição na sociedade, já para a classe dominada, a educação é uma perspectiva de conquista, pois é por meio dela que o dominado sonha em se ascender socialmente. Percebe-se que para a classe dominante a educação é uma forma de perpetuar sua posição na sociedade, já para a classe dominada, a educação é uma perspectiva de conquista, pois é por meio dela que o dominado sonha em se ascender socialmente.

tornando-se promotora da diversidade, garantindo a convivência e a inclusão de todos/as ao ambiente educacional

Nas últimas décadas, mais precisamente após a proclamação da Declaração de Salamanca na Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais, no ano de 1994, houve vários avanços que se traduziram em políticas públicas de inclusão, como a matrícula em salas comuns e a implementação do Atendimento Educacional Especializado, cujas diretrizes foram instituídas pela Resolução nº 4/2009, além de um conjunto de ações como o Programa Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Especial, a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, adaptações arquitetônicas das escolas, o Programa Incluir, entre outros avanços considerados importantes.

Por força da norma, propostas que incentivassem e materializassem a Educação Inclusiva foram sendo implementadas nas redes de educação e nas escolas do país, no intuito de ofertar uma educação que seja de fato para todos/as.

Com isso, incluir estudantes na escola regular significa proporcionar a todos/as um aprendizado que seja expressão da convivência com a diversidade, sem anulá-la, o que nem sempre vemos na prática (ROCHA; MENEZES, 2020). Na verdade, percebe-se muitas vezes como desafiador, o ato de ensinar a diversidade no conhecimento científico, os quais incluem valores socialmente construídos e engessados ao longo do tempo como verdades incontestáveis.

Adotar uma abordagem de escola inclusiva consiste em trazer para si e para os outros (as) valores comprometidos com a garantia de direitos democráticos e igualitários da inclusão escolar. Endossamos o que nos diz Santos (1999, p. 15): “temos o direito à igualdade, quando a diferença nos inferioriza; temos o direito de sermos diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza”. Nesta perspectiva, incluir, respeitar e trabalhar com as diferenças num processo de igualdade de oportunidades deve ser a meta de uma escola que pretenda intitular-se inclusiva. Na prática, as possibilidades de uma escola inclusiva dependem da seriedade com que trabalhamos em cada fase do aprendizado da criança de forma a ensinar os conhecimentos historicamente organizados (FUMEGALLI, 2012).

Docentes de uma escola inclusiva desempenham papel fundamental, o que deveria vir com grande investimento para que o trabalho pedagógico inclusivo possa ser desenvolvido adequadamente (CARVALHO, 2004). Afinal, como promover uma reforma estrutural e organizacional em nossas escolas? Responder a esta questão ratifica a necessidade de estendermos este debate ao plano municipal com vistas a incentivar reflexões que ofereçam subsídios para se construir ambientes capazes de oferecer condições de aprender, valorizando a heterogeneidade dos alunos, promovendo igualdade de oportunidades a todos/as, considerando que o processo de aprendizagem é único a cada pessoa.

Nesse sentido, fomentar o diálogo na escola como forma de promover a integração entre os profissionais de educação e a família dos educandos (as), principalmente com aqueles (as) que possuem deficiências, assim como, documentar tais condutas como compromisso no Projeto Político Pedagógico da escola demonstra a legitimidade das propostas voltadas para a Educação Especial e Inclusiva, não deixando de salientar que o tripé escola-família-comunidade é de grande importância para impulsionar a troca de informações que em muito pode melhorar o aprendizado discente (SILVA, 2010).

Nesse contexto, percebe-se que estamos numa jornada rumo ao objetivo de se construir uma educação para todos/as, onde as diferenças não sejam ignoradas, as injustiças superadas e os medos deem lugar à ousadia de transformar, de ir à procura de caminhos, mesmo que ainda não saibamos exatamente por quais estradas iremos trilhar, mas a meta está traçada, que é assumir o papel insubstituível de defensores de uma escola inclusiva, que aliado a outras forças sociais possa exercer um movimento em direção à humanização da instituição escolar.

## **EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UM CONTEXTO INCLUSIVO: CONCEITOS, DEFINIÇÕES E DESAFIOS**

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva no Brasil (2008) é alicerçada inicialmente a partir de um movimento de política interna, iniciado com a Constituição Federal de 1988, e se expandido com o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e com a Lei

de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 que serviram como uma base importante para que discussões internacionais ganhassem aderência nas políticas educacionais e nas reformas educacionais ocorridas no Brasil. Nesse contexto, podemos citar a Declaração de Jomtien (1990) que objetivou entre tantos outros pontos importantes, discutir-se sobre a superação das disparidades educacionais em todos os âmbitos. Anos depois, a Declaração de Salamanca (1994), traz à discussão que escolas regulares com orientação inclusiva são os meios mais eficazes de se combater a discriminação, embora saibamos que a educação voltada para a inclusão escolar de todos/as ainda representa um desafio na prática atual das escolas.

Na perspectiva inclusiva, a Educação Especial se associa a ideia de uma educação que acolhe a todos/as, considerando as particularidades de cada aluno/a com vistas a serem eliminadas barreiras que impeçam a aprendizagem, buscando possibilitar que todos/as usufruam em igualdade de condições de aprendizagem no cotidiano escolar. Florian (2010) menciona que a educação inclusiva não constitui a eliminação da educação especial, mas sua organização, a fim de se concentrar na educação inclusiva.

Desta forma, percebe-se que Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) procura esclarecer:

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos (BRASIL, 2008, p.9).

Vale ressaltar que importantes avanços foram logrados no Brasil nas últimas décadas, rompendo com um período em que a educação era voltada para a exclusão e segregação dos alunos/as com algum tipo de deficiência<sup>3</sup>. Houve profundas mudanças nas práticas educacionais que deixaram de

---

<sup>3</sup> A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência –CDPD, da Organização das Nações Unidas –ONU, reforça que: **Pessoas com deficiência** são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (ONU, 2009, p. 26).

segregar e integrar para incluir, visando à garantia do acesso e permanência de estudantes com deficiências nas escolas, através da oferta de matrícula a esses/as estudantes que são público-alvo da Educação Especial nas classes comuns da modalidade regular de ensino, e disponibilizando ainda, o Atendimento Educacional Especializado (RODRIGUES; MACEDO, 2020).

A integração escolar pode ser entendida como o “especial na educação”, ou seja, a justaposição do ensino especial ao regular, ocasionando um inchaço nessa modalidade, pelo deslocamento de profissionais, recursos, métodos e técnicas da educação especial às escolas regulares. Quanto à inclusão, esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. (MANTOAN, 2003, p. 16).

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008):

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p.5).

Este marco normativo estabelece, portanto, uma nova concepção acerca da Educação Especial, que não se desvencilha de um contexto inclusivo, mas assume uma nova roupagem com sua reestruturação, visto que deverá preconizar ações que valorizem o sujeito em sua pluralidade, respeitando e reconhecendo a diversidade enquanto característica distintiva, própria de cada indivíduo (SILVA, 2011). Percebe-se, que de um modo geral, o objetivo inclusivo da educação corresponde em minimizar os efeitos da inserção social de pessoas que experimentam algum tipo de exclusão, seja na escola, no mercado de trabalho e/ou qualquer outro espaço social, devido a sua condição socioeconômica, de gênero, de raça ou de possuir algum tipo de transtorno ou deficiência.

Nesse sentido, entendemos que a prática pedagógica necessita se

adequar às diferentes capacidades dos estudantes, que somatizado ao objetivo inclusivo da escola, que deverá estar firmado em seu Projeto Político Pedagógico, resultará em um relacionamento democrático onde as características dos estudantes ficarão visíveis ao ambiente escolar, corroborando para que o trabalho dos professores possa se tornar adequado as necessidades reais de ensino e aprendizagem de cada estudante.

Contudo, é importante observar que há desafios a serem vencidos quando se trata de lidar com estudantes com deficiência no ambiente de ensino regular onde através de diversas literaturas pesquisadas, percebe-se ser um problema estrutural, onde a legislação vem em encontro a fortalecer à mudança de postura tanto da escola quanto dos profissionais escolares, enfatizando que é a escola que precisa se adequar ao estudante e não o contrário. A escola da educação inclusiva, de acordo com Mantoan (2006), não pode mais ser aquela de estrutura rígida, onde o aluno precisa se adaptar a ela. Agora, é a escola que passa a se adequar ao aluno, tanto em sua estrutura física, quanto em seu corpo docente e currículo, para poder oferecer a capacidade de todos se desenvolverem dentro de suas particularidades, ou seja, uma escola que priorize o aluno e sua aprendizagem independente de suas condições físicas e intelectuais.

Neste contexto, reforçamos a necessidade de políticas pedagógicas voltadas para a formação de profissionais da educação alicerçadas nos preceitos da educação inclusiva, com vistas a promover práticas dinâmicas que se coadunem com a multiplicidade de sujeitos que ocupam os espaços das nossas salas de aula. Nesse interim, temos o embasamento da Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, que determina que as instituições de ensino superior devam incluir na sua organização curricular a formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2008).

A Educação Especial então, serve como instrumento de apoio com recursos e estratégias didáticas que possam colaborar com o ensino regular, selecionando e desenvolvendo recursos indispensáveis ao processo de ensino e aprendizagem dentro do ambiente escolar comum, utilizando-se para tal o uso de recursos, equipamentos, linguagem e códigos que possibilitam a

transposição das barreiras impostas pela deficiência para a aprendizagem no ambiente comum, não dizendo respeito somente aos conteúdos curriculares, mas a todo tipo de barreira que possa trazer prejuízo ao processo educacional. Desta forma, entende-se que o espaço de sala de aula, os conteúdos e as práticas pedagógicas são resultados de ações intencionais de professores e por eles devem ser constituídas, através do oferecimento de formações continuadas para a educação Especial.

Neste sentido, podemos destacar que a Educação Especial oferecida atualmente, que conta com o apoio criação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) que desenvolvem o atendimento pedagógico por meio de intervenção mais direta, com funções próprias do ensino especial, sendo oferecida no contra turno, não substituindo o ensino regular, mas sobretudo atendendo as necessidades e as especificidades de cada estudante, público-alvo da Educação Especial (BRASIL, 2008).

Observa-se que o trabalho dos profissionais de educação na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) requer certa afinidade com a tecnologia, além de conhecimentos específicos sobre as práticas envolvidas em sua operacionalização, o que, por sua vez, demanda busca e oferecimento de capacitação ao profissional de educação. Neste contexto, nota-se a importância que envolve a formação continuada e atualização dos conhecimentos por parte dos atores envolvidos na escolarização em um contexto inclusivo, tendo em vista que é o profissional que o recebe que se torna o multiplicador de tais conhecimentos para os demais profissionais da escola, assim como para a família e a comunidade escolar. (RODRIGUES; MACEDO, 2020).

Em suma, se pode inferir que os principais desafios para a promoção de uma escola inclusiva são centrados na capacidade dos profissionais de educação em transformar e reestruturar suas práticas de ensino, assim como o ambiente escolar, ou seja, tanto em sua natureza física quanto em sua natureza pedagógica.

No intuito de analisar e embasar a evolução das políticas públicas que envolvem a Educação Especial no Brasil, percebemos que, de acordo com o Censo da Educação do ano de 2021, as matrículas de estudantes com deficiência em classes comuns passaram de 54%, no ano de 2008, para 92% em 2021. Contudo, o mesmo censo aponta que cerca de 60% das escolas

brasileiras ainda não possuem qualquer medida de acessibilidade, o que revela as inúmeras barreiras ainda existentes, mesmo com legislações específicas que garantem acessibilidade para as pessoas com deficiência. Percebe-se que esse é um movimento ainda em desenvolvimento no Brasil, e que pesquisas apontam que a principal causa da falta de acessibilidade é a ausência de observação, cumprimento e fiscalização da legislação (INEP, 2021).

Em 2020, o governo de Jair Bolsonaro publicou o Decreto nº 10.502, que instituiu a “Nova” Política Nacional de Educação Especial, estimulando alunos com deficiências a frequentarem escolas e salas especiais. Neste ínterim, houve mobilização por parte da sociedade, de modo que o Supremo Tribunal Federal formou maioria pela inconstitucionalidade do referido decreto (MENDES, 2022).

A norma foi revogada como uma das primeiras ações do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, oportunidade na qual o presidente criticou seu antecessor, dizendo que este colocou as crianças separadas da sociedade e do convívio escolar. A luta dos movimentos sociais se fez para defender a relevância da Educação Especial na perspectiva Inclusiva e, dentre outros, a garantia de matrícula em escolas comuns, o combate aos retrocessos de direitos e segregação de estudantes público-alvo, a produção e divulgação de dados e indicadores de exclusão, evasão e aprendizagem na Educação Especial, garantias de acessibilidade a estudantes com deficiências, investimentos para a formação continuada para docentes com a perspectiva da inclusão, adequações curriculares visando melhoria no processo de ensino-aprendizagem buscando aperfeiçoar e desenvolver valores, conhecimentos, habilidades, comportamentos e competências a todos/as estudantes e investimento na infraestrutura das escolas comuns, visando a transição para um modelo educacional inclusivo.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde - PNS do IBGE (2019), 17,3 milhões de pessoas no Brasil possuem algum tipo de deficiência, o que nos leva a considerar que na trajetória de construção das políticas de inclusão, é notório os avanços significativos que foram conquistados, e a perspectiva para o futuro é de que os governos em âmbito nacional, estadual e municipal continuem buscando o aperfeiçoamento de tais políticas públicas a fim de atender a demanda da população brasileira. Conforme já mencionado, o Brasil apresenta um robusto aparato regulatório para a garantia de um sistema

educacional inclusivo e a transição do modelo segregado para o inclusivo foi de um avanço considerável nos últimos anos, mas é importante salientar que apenas a formulação de leis não representa sua efetividade e eficácia, daí a importância de se analisar os impactos e resultados destas políticas públicas de forma a ir adequando-as de forma a superar os desafios que ainda existem no sistema educacional.

## **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA CIDADE DE MIRACEMA – RJ: ANÁLISE CRÍTICA**

O município de Miracema, situado na região Noroeste Fluminense do estado do Rio de Janeiro, a  $21^{\circ} 24'50''$  de latitude sul e  $42^{\circ}11'52''$  de longitude oeste, está à margem das Rodovias Estaduais RJ 116 e RJ 200, tendo como municípios limítrofes Itaperuna e Laje do Muriaé ao Norte, Santo Antônio de Pádua ao Sul, São José de Ubá a Leste e Palma (MG) a Oeste. Com uma área de extensão de aproximadamente 306 km<sup>2</sup> e altitude média de 137 metros acima do nível do mar, o município é composto por 3 distritos, sendo o primeiro distrito a sede, o segundo distrito de nome Paraíso do Tobias e o terceiro distrito chamado Venda das Flores (MIRACEMA, 2022).

Figura 1 - Mapa de Miracema



Fonte: Google maps (2016)

Miracema passou à categoria de município em sete de novembro de 1935, e, com sua emancipação político-administrativa, conseguiu se recuperar da derrocada do café e iniciou a cultura do algodão com o objetivo de abastecer a fábrica de tecidos São Martino e, concomitantemente, desenvolveu a cultura da cana-de-açúcar em ação conjunta com a Usina Santa Rosa. As culturas de milho, feijão e café eram consideradas de subsistência. Com o tempo, foi crescendo também a cultura do arroz irrigado, juntamente com a pecuária leiteira, que é a principal atividade rural do Município até os dias atuais.

A Secretaria de Educação do município foi criada, no ano de 1988, em função de exigências legais, pelo então prefeito Ivany Samel, sendo criado um núcleo de educação, que funcionava no prédio da Prefeitura do município. Atualmente, a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer possui sede própria, localizada na Praça Getúlio Vargas, nº 01, 3º andar, no Centro do município Miracema.

Para prosseguimento no estudo sobre a educação do município de Miracema, faz-se necessário compreender como está delineada a estrutura educacional do município em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDBEM nº 9.394/96. A Educação Básica do município de Miracema está estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio. Conforme indicado na tabela 1, há 21 unidades ativas e 35 paralisadas no município.

É válido ressaltar que as duas primeiras etapas são de responsabilidade da Educação Municipal, estando o ensino Médio sob responsabilidade da Educação Estadual do Rio de Janeiro.

Tabela 1. Quantitativo de Escolas em Miracema

	<b>Áreas Urbanas</b>	<b>Áreas Rurais</b>	<b>Total</b>
<b>Escolas Ativas</b>	16	5	21
<b>Escolas Paralisadas</b>	6	29	35

Fonte: Dados compilados do Censo Escolar de Miracema (2021)

O número de estudantes matriculados/as na rede municipal de educação no primeiro semestre de 2022 é de 3.207 alunos, divididos entre as 21 unidades ativas, conforme disposto na tabela 2.

Tabela 2. Quantitativo de Matrículas em Miracema

	Escolas Ativas		Total
	Áreas Urbanas	Áreas Rurais	
<b>Matrículas na Educação Infantil</b>	985	131	1.116
<b>Matrículas no Ensino Fundamental</b>	1.853	238	2.091
<b>Total Acumulado</b>	2.838	369	3.207

Fonte: Dados compilados do Censo Escolar de Miracema (2021)

De acordo com o estudo socioeconômico do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), a rede municipal de Miracema respondeu por 91% das matrículas na creche em 2020, apresentando evolução de 18% entre 2015 e 2020, na pré-escola foi responsável por 81% das matrículas, no ensino de jovens e adultos foi responsável por 47% e, no Ensino fundamental, foi responsável por 71% do volume de matrículas (RIO DE JANEIRO, 2021).

Convém mencionar que Miracema ocupou o 1º lugar no Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB, 2021) no estado do Rio de Janeiro, apresentando uma nota de 5,4, que supera as médias estadual (4,9) e nacional (5,0) pelo referido índice, que tem a função de analisar as oportunidades fornecidas para crianças e jovens desde a Educação Infantil até o Ensino Médio em todas as suas redes educacionais.

Nos anos de 2019 e 2021, Miracema obteve o melhor resultado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no estado do Rio de Janeiro, alcançando a nota de 6.9 nos anos iniciais da rede municipal de educação e 6.1 nos anos finais, ultrapassando as metas projetadas para o mesmo ano.

Além das modalidades de ensino descritas anteriormente, a educação do município de Miracema oferece ainda, a Educação de Jovens e

Adultos e a Educação Especial, modalidades de educação, que são oferecidas em espaço comum de aprendizagem. As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), preconizadas pela LDB, estão em processo de implantação, uma vez que as verbas para sua instalação foram percebidas pelo município a partir do fim do ano de 2021.

O Plano Municipal de Educação da cidade de Miracema para o decênio 2015/2025 foi aprovado por meio da Lei nº 1.602 de 18 de junho de 2015, estando em consonância com as diretrizes previstas no Plano Nacional de Educação – PNE (2014), em sua meta 4:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL,2014, p.24).

Em um estudo detalhado do Plano Municipal de Educação, percebemos, na seção 4.1.2, que existe uma preocupação ainda tímida com as crianças com deficiência (denominadas “crianças especiais” no documento), tanto que como objetivo citou-os da seguinte forma, “f. adequação às características das crianças especiais” (p.35) e listou os seguintes tópicos:

- Criação de mecanismos de colaboração entre as secretarias de educação, saúde e assistência social na manutenção, expansão, administração, controle e avaliação das políticas públicas de atendimento às crianças de 0 a 3 anos de idade e seus familiares;
- Aprender a conviver e relacionar-se com pessoas que possuam habilidades e competências diferenciadas, respeitando uns aos outros, valorizando a igualdade, equidade e a solidariedade (MIRACEMA, 2015).

Especificamente sobre a modalidade de Educação Especial, a mesma é oferecida por meio de mediação escolar, com o acompanhamento no Núcleo de Atendimento Especializado - NAE e das Salas de Recursos Multifuncionais, presentes em algumas poucas escolas da rede municipal.

De acordo com o Plano Municipal de Educação:

A Educação Especial, destinada aos alunos portadores de deficiências, tem duração variável, de acordo com o desenvolvimento do educando no processo ensino aprendizagem e que poderá ser oferecida preferencialmente através da inclusão em classes de ensino regular com serviços de apoio e através de atendimento em salas de recursos, oficinas pedagógicas e educação precoce (MIRACEMA, 2015, p. 48).

Conforme prevê o Plano Municipal de Educação de Miracema em vigência, atualmente o Atendimento Educacional Especializado (AEE) do município de Miracema/RJ, se dá por meio do Núcleo de Atendimento Especializado (NAE), que foi criado em fevereiro do ano de 2017, como um órgão da Secretaria de Educação em trabalho de parceria com a Secretaria de Saúde, atuando com uma equipe multidisciplinar que conta com profissionais na área de Nutrição, Psicologia, Pedagogia, Fonoaudiologia, Psicopedagogia, Terapia Ocupacional e professores de sala de recursos multifuncionais (MIRACEMA, 2022).

De acordo com a Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu artigo 58 já previa o atendimento educacional especializado ser realizado em centros de serviços especializados:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1996).

Desta forma, entendemos que o NAE realiza um trabalho de prática de serviço especializado, ocupando um ambiente externo ao da instituição de ensino regular, e com isso, nos leva a pensar que há a ruptura de um dos pilares que sustentam a Educação Inclusiva, que é a inserção do estudante com deficiência, de forma completa e irrestrita, no ambiente escolar. A promoção da socialização, por sua vez, é uma das bases da noção do desenvolvimento integral da criança, que é prejudicada a partir do momento em que este/a estudante/a é segregado/a num outro espaço, ainda que

parcialmente (no contra turno).

Identificamos que o NAE, atualmente, funciona como um suporte de atendimento multidisciplinar, com profissionais da saúde e da educação de diversas áreas, o que lhe tem conferido características mais inerentes a um estabelecimento de saúde do que a uma instituição voltada para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), trazendo-nos à dúvida quanto ao seu objetivo institucional dentro da educação especial e mais especificamente, dentro do que defende a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008):

Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional.(BRASIL,2008, p.16)

Percebemos existir preocupação por parte da administração municipal em relação ao processo de inclusão de estudantes com deficiência, o que se evidencia através da disponibilidade de mediadores escolares para alunos atendidos pelo NAE e o investimento de recursos em melhorias na estrutura física assim como, na contratação de diversos profissionais que trabalham no Núcleo de Atendimento Especializado (NAE), que atualmente atende a mais de 150 crianças com transtornos e/ou deficiências.

Contudo, em consonância com os ensinamentos de Fumegalli (2012), bem como de Rodrigues e Macedo (2020), este apenas não é o bastante. É preciso investimento na capacitação para a lide com as tecnologias e práticas pedagógicas envolvidas na Educação Especial, desafio a ser vencido também no município de Miracema, que ainda não dispõe de profissionais qualificados para o uso das Salas de Recursos, por exemplo.

A literatura (FUMEGALLI, 2012; ROCHA; MENEZES, 2020; MANTOAN, 2006) aponta para a necessidade do trabalho dinâmico e integrado entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, percebe-se que, sendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) realizado fora do ambiente escolar, através do NAE, forma-se uma lacuna no que se refere a comunicabilidade entre os sujeitos envolvidos nesse processo,

escola-família-NAE, haja vista ser indispensável tal conduta no sentido de colaborar para a análise da evolução dos estudantes com deficiência que necessitam do AEE, neste caso, na figura do NAE. Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação reforça que:

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. O atendimento educacional especializado disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. (BRASIL, 2008, p. 16)

Conforme ponderações até aqui tecidas, percebe-se que o diálogo e a articulação entre os personagens envolvidos no atendimento multidisciplinar preconizado em um contexto inclusivo ainda representam um desafio a ser vencido no município de Miracema/RJ. Apesar das adversidades que ainda se impõem, percebemos existir um esforço da gestão municipal no sentido de disponibilizar apoio para que a Educação Especial seja ofertada a todos/as que dela necessitarem, mesmo que ainda sejam necessárias adequações nos processos adotados atualmente, para que se coadunem aos marcos legais que servem de embasamento para a concretização de uma educação que atenda ao chamamento para a verdadeira Inclusão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inclusão na educação é um tema que vem sendo amplamente debatido nos últimos anos, com a promulgação de leis, criação de políticas públicas e tratados internacionais. Busca-se, através destes instrumentos, garantir que a educação seja acessível a todas as pessoas, em igualdade de oportunidades, como um direito subjetivo. A Educação Especial na perspectiva

da Educação Inclusiva ainda precisa de investimentos financeiros e no capital humano em âmbito municipal.

Não nos esquivamos de reconhecer estes desafios de implantação na esfera local, mas reconhecemos esforços empenhados pela administração municipal em garantir minimizar barreiras à Educação Especial e Inclusiva como direito. Neste sentido, é possível observar que o Núcleo de Atendimento Especializado (NAE) presta atendimento em diversas áreas que são de grande relevância para o desenvolvimento global dos/as estudantes, principalmente para aqueles/as com deficiências e/ou transtornos, o que reflete os esforços do município em manter uma estrutura que garanta o acompanhamento de crianças com necessidades especiais enquanto passam pela etapa da escolarização, transpondo os limites da mera inserção em sala de aula para a inclusão de todos/as ao ambiente escolar.

Contudo, concluímos que o atendimento a estudantes com deficiências e/ou transtornos realizado pelo NAE, embora inovador no que se concerne a oferta de serviços multiprofissionais e multidisciplinares voltados para o incentivo e suporte necessário para uma Educação Especial e Inclusiva de âmbito municipal, ainda precisa de maior alinhamento com os dispositivos normativos, nacionais e internacionais, para que não se transforme num futuro próximo numa política pública ineficaz e desqualificada se comparada aos parâmetros legais vigentes.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Renata Costa. **Inclusão para todos: os desafios do corpo docente, gestores e familiares na tarefa de não excluir na Educação Infantil.** Monografia (Especialização em Educação Especial e Inclusiva). Universidade Cândido Mendes, 2018, 42 p.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal.** [Trad. Lucy Magalhães]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo escolar, 2021.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de dezembro de 1996. Florianópolis: Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, 1996.

BRASIL, M.E.C. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>> Acesso em 02/07/2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em 25/05/2023.

BRASIL. **Portaria Ministerial nº 323 de 10 de setembro de 2020**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-323-de-10-de-setembro-de-2020-276902528>. Acesso em 28/05/2023.

CARVALHO, Rosita Eder. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DECLARAÇÃO, DE SALAMANCA–UNESCO. Conferência Mundial sobre Educação Especial. **Salamanca, Espanha**, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 02/07/2022.

FACION, José Raimundo. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

FUMEGALLI, Rita de Cassia Avila. **Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos**. Monografia (Especialização em Educação Especial). Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, 2012, 50 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNS 2019**: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Agência IBGE, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia#:~:text=A%20PNS%202019%20estimou%20em,9%20milh%C3%B5es%20em%20domic%C3%ADlios%20rurais>. Acesso em 28/05/2023.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. **Educação Inclusiva: recomendações de políticas de educação inclusiva para governos estaduais e federal**, 2022. Disponível em: [https://institutorodrigomendes.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Educacao-Inclusiva\\_Ed.Ja2022.pdf](https://institutorodrigomendes.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Educacao-Inclusiva_Ed.Ja2022.pdf). Acesso em 07/09/2022.

MACHADO, Danielle; CAZINI, Janaina. (org). **Inclusão e Educação**. Atena Editora: Ponta Grossa, PR, 2019.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna. 2006.

MENDES, Rodrigo Hubner. **Educação Inclusiva na prática.** São Paulo: Fundação Santillana, 2020.

MENDES, Rodrigo Hubner. **Recomendações para políticas de educação inclusiva**, 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/rodrigo-mendes/2022/08/14/recomendacoes-para-politicas-de-educacao-inclusiva.htm>. Acesso em 05/09/2022.

MIRACEMA. **Geografia da cidade**, 2022. Disponível em: <https://www.miracema.rj.gov.br/pagina/2/geografia>. Acesso em 05/07/2022.

MIRACEMA. **Nova sede do NAE será inaugurada nesta terça feira em Miracema**, 2022. Disponível em: <https://www.miracema.rj.gov.br/noticia/1153/nova-sede-do-nae-seraacute-inaugurada-nesta-tercedila-a-feira-em-miracema>. Acesso em 05/07/2022.

MIRACEMA. **Lei nº 1.602 de 18 de junho de 2015:** aprova o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015-2025 e dá outras providências. Disponível em: [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/174657/Miracema\\_Lei\\_1.602\\_15\\_Planho\\_Municipal\\_de\\_Educacao.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/174657/Miracema_Lei_1.602_15_Planho_Municipal_de_Educacao.pdf). Acesso em 05/07/2022.

MRECH, Leny Magalhães. **Educação Inclusiva: Realidade ou Utopia?** Disponível em: [http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=97:educacao-inclusiva-realidade-ou-utopia-&catid=6:educacao-inclusiva&Itemid=17](http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=97:educacao-inclusiva-realidade-ou-utopia-&catid=6:educacao-inclusiva&Itemid=17). Acesso em 22/06/2022.

PERTILE, Eliane Brunetto; ROSSETTO, Eelizabeth. As políticas de inclusão e a educação escolar: contrapontos necessários. **Educação – Revista quadrimestral**, v. 39, n. 3, 2016.

RIO DE JANEIRO. **Estudos Socioeconômicos:** Municípios do Rio de Janeiro, 2021. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos\\_socioeconomicos](https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos). Acesso em 01/08/2022.

ROCHA, Viviane Moreira. Perspectiva histórica e desafios da escola pública: dificuldades da escola pública na inclusão de alunos com necessidades especiais. **VII Congresso Nacional de Educação**, Maceió-AL, 2020.

RODRIGUES, Lucas Yuri Silva; MACEDO, Yuri Macedo. Educação Especial e Inclusiva: Reflexões a partir da surdez para o ensino. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, v. 01, n. 01, 2020.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Oficina do CES, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, n. 135, jan. 1999.

SILVA, Aline Maira. **Educação especial e inclusão escolar: História e Fundamentos**. Curitiba: Ibpex, 2010.

SILVA, Margarete do Rosário. **Dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva**. 2011. Disponível em: <[http://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/2487/1/2011\\_MargaretRosarioSilva.pdf](http://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/2487/1/2011_MargaretRosarioSilva.pdf)> Acesso em 03/07/2022.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão, exclusão, in/exclusão. **Verve**, v. 20, n. 1, 2011.

VILELAS, José Manuel da Silva. **Investigação: o processo de construção do conhecimento**. 3 ed. São Paulo: Sílabo, 2009.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2017

## **ARTIGO 2 - DAS CLASSES ESPECIAIS À EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA DE EDUCAÇÃO DE MIRACEMA/RJ**

Submetido e aceito pelo Editorial da Revista Teias (Anexo B)

### **RESUMO**

Este estudo reúne relatos sobre o sistema de educação do município de Miracema, compartilhando narrativas de profissionais que atuaram diretamente nas classes especiais e, a partir daí, enumera os principais desafios e as conquistas no salvaguardo do direito à educação para pessoas com deficiência e na implementação da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em âmbito municipal. Metodologicamente, para além da pesquisa narrativa, utilizamos fontes bibliográficas (em bases selecionadas) e documentais (pertencentes a acervos existentes nos arquivos pessoais dos profissionais de educação que trabalharam nas extintas classes especiais e/ou nas escolas que possuíam tais classes). O objetivo foi abordar como tem se dado a implementação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) no sistema educacional municipal, valendo-nos da percepção de sujeitos envolvidos na passagem das classes especiais segregadoras para a Educação Inclusiva. Percebemos que, sob a percepção de professores/as, profissionais da Educação, ex-alunos/as e familiares, as melhorias na infraestrutura, capacitação de profissionais e integração dos serviços de saúde e educação ofertados a estudantes com deficiências sempre foram necessários e buscamos compreender se a Educação Especial multidisciplinar e multiprofissional atualmente existente materializa os preceitos de uma Educação Inclusiva na prática.

**Palavras-chave:** educação especial na perspectiva da educação inclusiva; pessoas com deficiência; direitos humanos.

### **ABSTRACT**

This study brings together reports about the education system in the municipality of Miracema, sharing narratives of professionals who worked directly in special classes and, from there, lists the main challenges and achievements in safeguarding the right to education for people with disabilities and in the implementation of Special Education from the perspective of Inclusive Education at the municipal level. Methodologically, in addition to narrative research, we used bibliographic sources (in selected databases) and documental sources (belonging to existing collections in the personal archives of education professionals who worked in the extinct special classes and/or in the schools that had such classes). The objective was to address how the implementation of the National Policy on Special Education has been carried out from the perspective of Inclusive Education (2008) in the municipal educational system, using the perception of subjects involved in the transition from segregating special classes to Inclusive Education. We realize that, from

the perspective of teachers, education professionals, former students and their families, improvements in infrastructure, professional training and integration of health and education services offered to students with disabilities have always been necessary and we seek to understand whether the currently existing multidisciplinary and multiprofessional Special Education materializes the precepts of an Inclusive Education in practice.

**Keywords:** special education from the perspective of inclusive education; disabled people; human rights.

## RESUMEN

Este estudio reúne informes sobre el sistema educativo en el municipio de Miracema, compartiendo narrativas de profesionales que actuaron directamente en las clases especiales y, a partir de ahí, enumera los principales desafíos y logros en la salvaguarda del derecho a la educación de las personas con discapacidad y en la implementación de Educación Especial desde la perspectiva de la Educación Inclusiva a nivel municipal. Metodológicamente, además de la investigación narrativa, se utilizaron fuentes bibliográficas (en bases de datos seleccionadas) y documentales (pertenecientes a fondos existentes en los archivos personales de los profesionales de la educación que trabajaron en las extintas clases especiales y/o en las escuelas que las tenían) El objetivo fue abordar cómo se ha llevado a cabo la implementación de la Política Nacional de Educación Especial desde la perspectiva de la Educación Inclusiva (2008) en el sistema educativo municipal, utilizando la percepción de los sujetos involucrados en el tránsito de las clases especiales segregantes a la Educación Inclusiva. Nos damos cuenta de que, desde la perspectiva de los docentes, profesionales de la educación, ex alumnos y sus familias, las mejoras en la infraestructura, la formación profesional y la integración de los servicios de salud y educación ofrecidos a los estudiantes con discapacidad siempre han sido necesarios y buscamos comprender si los actuales La Educación Especial multidisciplinaria y multiprofesional materializa los preceptos de una Educación Inclusiva en la práctica.

**Palabras clave:** educación especial desde la perspectiva de la educación inclusiva; personas con deficiencia; derechos humanos.

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva como paradigma é fruto de uma concepção de escola que não seleciona estudantes em função de particularidades, sejam elas diferenças subjetivas, culturais ou sociais. Sua implementação demanda ajustes institucionais e sociais por parte das escolas regulares, de modo a

valorizarem a diversidade ao invés da homogeneidade. A escola, neste sentido, deve redimensionar seu projeto político-pedagógico, bem como sua proposta curricular, com ações que favoreçam o desenvolvimento de todos/as os/as educandos/as, o que requer debates e a participação dos profissionais que atuam, direta ou indiretamente, no universo escolar, não se limitando apenas à profissionais ligados à Educação Especial (GLAT; BLANCO, 2007). Haja vista que tal paradigma começa a se instituir no Brasil desde a promulgação de documentos internacionais como a Conferência de Jomtien e a Declaração de Salamanca, tornou-se indispensável a ampliação do significado de “necessidades especiais”, passando esta expressão a abarcar pessoas que apresentem especificidades no processo de escolarização em função de uma gama variada de limitações existentes, como as decorrentes de condições individuais e/ou de impactos de redução ou ausência de oportunidades econômicas e socioculturais, entre tantas outras. O presente estudo traz apontamentos em âmbito municipal a fim de captar como o paradigma da inclusão aplicado à Educação Especial está se materializando na ponta da implementação das políticas públicas.

Considerando que a proposta da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva surge da luta dos movimentos políticos e sociais em prol de indivíduos com deficiências, este novo paradigma traz desafios para os profissionais de educação municipal no sentido de se “adaptarem” para atender quaisquer estudantes em um ambiente comum (GLAT; PLETSCHE; FONTES, 2008). Traz desafios, ainda, em relação ao direcionamento das ações para o público-alvo da Educação Especial. Em Miracema, interior do estado do Rio de Janeiro, o atendimento educacional especializado é oferecido às crianças com deficiência através do Núcleo de Atendimento Especializado (NAE), tal atendimento especializado é focalizado nas crianças com deficiências e funciona através de um atendimento multidisciplinar e multiprofissional, contando com profissionais das áreas de Saúde e Educação que trabalham colaborativamente, e também através de algumas salas de recursos implementadas ainda de forma tímida em três escolas municipais.

Quanto à metodologia utilizada nesta investigação, reconhecemos valor à pesquisa narrativa e compartilhamos o registro de narrativas destes/as profissionais que contribuíram (ou ainda contribuem) para a implementação da

Educação Especial em nível municipal, refletindo sobre os aspectos positivos e negativos do processo de transição das extintas classes especiais para as escolas regulares inclusivas (ou talvez ainda “integradoras”, de fato). Há de se inferir que a abordagem qualitativa é a mais recomendada quando não se dispõe de mapeamento anterior em relação a um determinado fenômeno e quando é necessário gerar hipóteses sobre uso, costumes, imagens, aceitação de produtos, percepções, crenças, experiências, estilo de vida, comportamentos passados e presentes (CRESWELL, 2010, p.202). Assim, esta pesquisa qualitativa tem um caráter interpretativo, em que as pesquisadoras fazem uma interpretação do que enxergam, ouvem e entendem (CRESWELL, 2010, p.209). Neste sentido, as principais estratégias que utilizamos neste artigo são:a) pesquisa bibliográfica;b) análise documental;c) pesquisa narrativa.

A escolha da pesquisa narrativa como tipo de estratégia investigativa surge do interesse de valorar as histórias de vida e vivências de profissionais atuantes na Educação Especial, de ontem e de hoje, para entendermos o processo de formação e estruturação da Educação Especial no município de Miracema/RJ e, assim, construirmos interpretações históricas e culturais sobre o fenômeno. Entendemos que “[...] múltiplos projetos habitam, tecem, dinamizam e programam os relatos das histórias de vida e também nos informam sobre os desejos de ser e de vir a ser de seus autores” (JOSSO, 2007, p. 27). Neste sentido, entendemos que compreender o processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência, que é contínuo e está sempre em evolução, demanda um resgate histórico a nos auxiliar a compreender as ações a serem tomadas no presente e no futuro, bem como intercorrências que não devem se repetir. Tal abordagem favorece conhecermos o caminho já trilhado rumo a um contexto de igualdade de oportunidades, bem como a garantir dignidade à pessoa humana, independente de suas características e limitações.

Para resgatar o histórico da Educação Especial no âmbito municipal é que reunimos relatos, compilando narrativas de profissionais que atuaram diretamente nas Classes Especiais do município, assim como ex-alunos e familiares destes e, ainda, trazemos reflexões sobre os principais desafios e conquistas ao longo deste processo de implementação da Educação Especial

na perspectiva da Educação Inclusiva e no salvaguardo do direito à educação para pessoas com deficiência. Os relatos foram colhidos no período de fevereiro de 2022 a fevereiro de 2023, após contato de uma das autoras e visita às unidades escolares do município. Salientamos que os nomes reais foram substituídos por nomes fictícios para preservar a privacidade dos sujeitos. As narrativas foram captadas a partir de conversas informais com colegas de prática profissional de uma das autoras e foi-se estruturando uma rede de pessoas de forma natural e voluntária que se envolveram com o tema e que livremente se ofereceram para contar suas experiências enquanto profissionais que estão (ou já estiveram) em atividade com estudantes com deficiência no espaço escolar. É importante ressaltar que, como se trata de “pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito”<sup>4</sup>, entendemos ser uma pesquisa que dispensa registro no CEP/CONEP.

Este artigo está estruturado em três seções. Em primeiro lugar, fazemos uma incursão conceitual sobre classes especiais e contextualizamos a sua criação em nosso país. A segunda seção trata do sistema educacional do município de Miracema, interior do estado do Rio de Janeiro. Por fim, na última seção, apresentamos trechos das narrativas colhidas espontaneamente, contextualizando-as no processo de extinção das classes especiais no município e a conseqüente inserção de estudantes com deficiências em turmas regulares, ainda em curso.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Situando as Classes Especiais no Brasil**

A constituição das classes especiais em nosso país esteve associada ao saber da Psicologia e da Medicina. Na área da Medicina, é possível mencionar Edouard Séguin, que foi fundador da primeira escola integral para estudantes com deficiência intelectual no ano de 1837, rompendo com as práticas de

---

<sup>4</sup> Ver: <https://cep.propesq.ufrn.br/noticias/pesquisas-que-nao-necessitam-de-registro-no-sistema-cep-conep-resolucao-no-510-2016-cns/28749886> Acesso em 14/03/2023.

isolamento, ou mesmo de encaminhamento para asilos existentes naquele tempo (RAFANTE, 2006). Por volta da década de 1930, a Psicologia passa a organizar os serviços pedagógicos para estudantes com deficiência intelectual, destacando-se a influência de Helena Antipoff, pedagoga e psicóloga que usava testes de Q.I. com o intuito de quantificar a inteligência das crianças, diagnosticando-as com deficiência intelectual a depender do resultado deste teste.

Os resultados dos testes de Antipoff serviam para serem organizadas classes escolares distintas. O sistema de classes homogêneas agrupava crianças em 7 classes, a saber, a Classe A (Q.I. elevado), Classe B (Q.I. médio) e Classe C (Q. I. inferior), para estudantes do 1º ano; a Classe B(r), para crianças repetentes, mas alfabetizadas; a Classe C(r), frequentada por crianças repetentes com inteligência considerada tardia; e as Classes Especiais, sendo a Classe D para crianças consideradas “retardadas e anormais do ponto de vista mental e senso-motor” e Classe E, para crianças com “anomalia de caráter” (JANUZZI, 1992). Para Antipoff (1930 *apud* JANNUZI, 2004, p. 125),

A educação das crianças débeis e anormais não pode ter êxito senão depois de estabelecido o respectivo diagnóstico. [...] Tratem-se de representar sob seus diversos aspectos, físicos, intelectuais, afetivos, sociais [...] comparemo-la com crianças de sua idade; vejamos em que, sobretudo, a criança difere do cânon comum [...] só depois de uma observação atenta e metódica da conduta dessa criança, de acordo com os exames do médico e do psicólogo [...] é que o professor terá conhecido e compreendido os seus alunos.

A ideia de Antipoff, ao separar estudantes de acordo com tais especificidades, era de proporcionar maior produtividade ao trabalho pedagógico, uma vez que este seria executado com base nos conhecimentos apresentados pelos/as estudantes com homogeneidade. Contudo, isso também levou ao pensamento de que certos conhecimentos não seriam aprendidos por alguns/algumas estudantes, a depender de nível de Q. I. apresentado. Logo, estes/as alunos/as não eram “ensinados/as”, o que caracterizava uma grande restrição na proposta pedagógica de acordo com cada classe. Para além disso, a prática pedagógica vivenciada no âmbito das classes especiais, para Kassir

(1995, p.12), se traduzia em processos repetitivos e com pouco investimento, “apoiados na certeza da eficiência do controle de comportamento, e que pareciam nortear a atitude de grande parte dos profissionais”.

A ausência de investimento que se observa em práticas pedagógicas reducionistas estabelece um “pré-conceito” em relação à capacidade de estudantes com deficiências, trazendo a ideia da restrição da possibilidade de aprendizado. No Brasil, o tema da Educação Especial vinculado ao sistema de ensino regular é abordado na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do ano de 1961. Em seu art. 88, o documento explicita que a educação de pessoas com deficiência deve se dar junto do sistema regular de educação (BRASIL, 1961).

Na década de 1970 houve um significativo aumento de classes especiais no Brasil. Neste contexto, o/a estudante deveria se adequar ao funcionamento da escola, sendo que os/as alunos/as cujo rendimento não correspondia o ensino regular deviam ser encaminhados/as às classes especiais, sob a justificativa de que teriam, nestes espaços, suas necessidades educacionais correspondidas. Os preceitos de integração à época, entretanto, não avançaram rumo à educação de pessoas com deficiências em turmas comuns, permanecendo a mesma ocorrendo, predominantemente, em classes separadas (ROSA; BRIDI, 2017).

Atualmente, a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) orienta a inclusão de todos/as os/as estudantes no sistema regular de ensino, o que caracteriza a Educação Especial enquanto modalidade que perpassa todos os níveis de ensino, abarcando, ou mesmo complementando, o ensino regular, e não mais o substituindo (ROSA; BRIDI, 2017). Muitas escolas e classes especiais foram fechadas, ou “ressignificadas”, com o advento da corrente sobre Educação Inclusiva enquanto “Educação para Todos/as”, coadunada com os preceitos Declaração de Salamanca e Jontien, e ratificada, em âmbito nacional, pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), dentre outras.

No município de Miracema, há 30 anos, as classes especiais eram mantidas pelo governo estadual, responsável pelo ensino fundamental e médio. Foi somente em 2005 que o governo do Estado do Rio de Janeiro, através da

Secretaria Estadual de Educação, emitiu sua imposição (documento desconhecido entre os profissionais da época, segundo os relatos obtidos) sobre a não formação de turmas de classes especiais para o então ano de 2006, que marca o término dos trabalhos segregados dessas classes dentro das escolas. Em 2006 também se observa o marco temporal para considerar a matrícula de estudantes com deficiência nas turmas regulares e muitos dos desafios que tangenciaram este processo (como a falta de adaptação na infraestrutura, a falta de capacitação de profissionais da educação regular, a falta de material adaptado, a falta de critérios para alocação desses/as estudantes de acordo com suas limitações e habilidades em turmas de acordo com seus níveis de dificuldade, dentre tantos outros).

## **2.2 Contextualizando as classes especiais no município de Miracema/RJ: apontamentos e reflexões sobre a estruturação da Educação Especial**

Nesta seção, delineamos como se estrutura a educação do município de Miracema/RJ desde as ultrapassadas classes especiais até o modelo atual, valorizando a necessidade de oferta da Educação Especial nas escolas do município a partir da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Buscamos responder à pergunta: a quem e como é oferecida a Educação Especial na Educação do município de Miracema/RJ? A partir daí, apresentamos e analisamos a proposta de trabalho do Núcleo de Atendimento Especializado (NAE) tentando entender seu papel dentro da concepção de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Na cidade de Miracema, a educação pública que era ofertada pelo município até a segunda metade da década de 1990 se resumia às creches, que tinham caráter muito mais assistencialista do que voltado para a educação como direito de todos/as. Nesta época, o Estado era responsável por toda a educação no município, ou seja, abrangia a Alfabetização, o Ensino Fundamental e Médio. Neste ínterim, em algumas escolas estaduais funcionavam classes especiais, que eram classes onde as crianças com algum tipo de deficiência eram matriculadas exclusivamente. Um dos exemplos identificados foi o da Escola Estadual Prudente de Moraes, conforme explicou

Roberta, do Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado (NAPES)<sup>5</sup>. Roberta foi professora da SEEDUC desde a década de 1980, onde foi diretora de uma das escolas estaduais do município, que possuía na época classe especial, e após a municipalização desta escola em que era gestora, foi convidada a integrar e coordenar o trabalho do NAPES<sup>1</sup>.

De acordo com Roberta, a maioria dos casos de deficiências eram atendidos pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)<sup>6</sup>, não sendo obrigatória a matrícula desses estudantes nas classes especiais, ou seja, a matrícula era optativa. Era a APAE quem habilitava alguns/algumas estudantes com deficiência à escolarização nas classes especiais das escolas. Com a extinção dessas classes e o início dos trabalhos do NAPES, esses encaminhamentos passaram a ser avaliados e acompanhados por este órgão, como ratifica o secretário Escolar Cláudio logo a seguir.

O profissional Claudio, que era secretário escolar de uma das escolas da cidade na época do funcionamento das classes especiais nesta instituição, relata a relação com a APAE:

Por incrível que pareça, a gente tinha lá na Prudente uma classe especial entendeu... Que era o seguinte: eram alunos que vinham da Apae para a escola, onde era feita a avaliação pelo NAPES, pela Roberta, na época né. Daí depois a Roberta orientava a família a conseguir o laudo e só após a gente matriculava o aluno entendeu... Era uma turma única, só com alunos que tinham algum tipo de deficiência, e não tinha idade certa não, eram alunos de diversas faixas de idade que geralmente eram encaminhados pela Apae como aptos à escolarização. Eram alunos muito carinhosos, eram muito amáveis... Todos da escola adoravam esses alunos, tínhamos um carinho grande com eles (Claudio).

---

<sup>5</sup> O Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado (NAPES) é um serviço oferecido pela SEEDUC a instituições de ensino estaduais, que tem como objetivo auxiliar alunos com necessidades educacionais especiais a superar as dificuldades encontradas durante o processo de aprendizagem. O núcleo oferece suporte para alunos com diferentes tipos de deficiências, transtornos de aprendizagem e outros tipos de necessidades educacionais especiais. O serviço geralmente é oferecido por uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, pedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, entre outros profissionais.

<sup>6</sup> A APAE é uma entidade socioassistencial sem fins lucrativos fundada em 26 de setembro de 1978, onde o espaço físico no andar térreo, foi cedido pelo Rotary Clube, conta com uma equipe multidisciplinar desde sua fundação composta por neurologista, assistente social, fisioterapeuta, psicóloga, fonoaudióloga, pedagoga e musicoterapeuta com serviços de suporte especializados, tratamento, manutenção, recuperação e estimulação, visando à melhoria da saúde física e psicossocial da pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

Desta forma, entendemos que Claudio, secretário escolar de uma escola estadual, que foi municipalizada em 2017, acompanhou os processos de matrícula dos alunos das classes especiais desta escola, inicialmente encaminhados pela APAE. Após a extinção das classes especiais ele passou a realizar as matrículas dos alunos com algum tipo de deficiência após prévia avaliação dos profissionais que compunham a equipe NAPES, que o orientavam quanto a que ano/série este aluno /deveria ser incluído/integrado de acordo com suas habilidades e/ou nível de aprendizado até aquele momento.

É válido ressaltar que a primeira escola a ser municipalizada foi a Escola Estadual Pedro Henrique Soares, no ano de 1997. Em 1999, houve a municipalização de outras escolas como a Escola Estadual Capitão João Bueno e Jardim de Infância Prof. Clarinda Damasceno. Ali, de acordo com Roberta, se iniciava a transição do Ensino Fundamental para a responsabilidade do município, e também as dúvidas quanto ao destino incerto das classes especiais.

Com a expansão do movimento pela inclusão nas escolas no ano de 2006, as classes especiais foram extintas, sendo seus/suas antigos/as estudantes gradativamente inseridos em classes regulares. Segundo informações de alguns profissionais da época, a inserção dos/as estudantes advindos das classes especiais extintas se deu através de avaliações pedagógicas realizadas na escola, por orientadores pedagógicos, que não tinham um padrão de avaliação pré-estabelecido, no intuito de integrá-los/as de acordo com as habilidades desenvolvidas ao longo da jornada escolar nas classes especiais e do atendimento junto a APAE, ou até mesmo pela idade do/a aluno/a, conforme explica Barbara Samuel, professora de Educação Especial da SEEDUC, que trabalhou nas últimas Classes Especiais multisseriadas de uma escola estadual no município, municipalizada em 2017, e que após a extinção de tais classes ficou em trabalho extraclasse em outras unidades escolares. Hoje, é professora em uma Sala de Recursos, coordenado pela equipe NAPES.

Os alunos eram avaliados através de relatórios feitos por nós, professores. Esses relatórios ficavam arquivados nas pastas escolares destes alunos, não me recordo de haver inspeção

em tais documentos. Estávamos presentes na escola, mas não participávamos das rotinas escolares normais de coordenação e orientação escolar.... Posso dizer que era um trabalho solitário, instintivo e sem nenhum olhar pedagógico de acompanhamento do que trabalhávamos, era nós por nós mesmos... (Barbara)

Alguns desafios ainda se evidenciavam nessa transição. Os currículos não eram adaptados, não havia o acompanhamento individual, realizado atualmente na forma da mediação escolar, e os/as alunos/as vindos/as de classes especiais eram avaliados/as da mesma forma que os/as demais alunos/as, além da escola e de profissionais terem pouco conhecimento e apoio para lidarem com estudantes com deficiência. Também se deve considerar a ausência de infraestrutura apropriada para recepcionar estudantes com deficiências.

A professora Angélica relata sobre seu trabalho em uma escola estadual da cidade, em que as classes eram formadas de acordo com o tipo de deficiência.

Nesta época, eu trabalhava no Instituto de educação de Miracema (antigo Colégio Miracemense). A classe especial era dividida em 3 tipos de deficiência: DM (deficiência mental), DV (deficiência visual) e DA (deficiência auditiva).

Eu fiquei com a classe especial de Deficiência Auditiva (DA), o que me trouxe um desafio grande porque não tinha treinamento para nos preparar para esse trabalho com deficientes, era a gente que procurava por orientações em locais como a APAE, onde a maioria deles recebia atendimento. Foi uma época bem difícil. Eram alunos de faixas etárias diferentes, não havia material adaptado, não havia cursos para nós, professores, muito menos orientação por parte da Secretaria Estadual (Angélica).

Angélica é professora concursada para 40h na área de disciplinas integradas da SEEDUC, foi lotada a trabalhar na Classe Especial por falta de vaga para trabalho no ensino regular, teve que aprender sozinha como dar aulas para deficientes auditivos.

Semelhantemente, a professora Rosilene, também professora na época, relata:

No instituto de Miracema (antigo Colégio Miracemense), onde trabalhei com essas Classes Especiais, tínhamos 3 turmas, uma de deficiência visual, uma de deficiência auditiva e outra de deficiência mental ou múltipla (não me lembro bem o termo utilizado na época) (Rosilene).

Noutro momento, a professora Barbara, que veio a trabalhar com as classes especiais já bem perto de sua extinção, relata que as classes eram multisseriadas<sup>7</sup>, nas quais se trabalhava de acordo com a habilidade cognitiva e intelectual do aluno.

Quando entrei no Estado para trabalhar como professora de Educação Especial, as Classes Especiais já não eram mais divididas por deficiência, eram classes multisseriadas (a maioria dos alunos tinham o nível cognitivo de ensino fundamental, muitas vezes até de Educação infantil). Trabalhávamos com atividades variadas de acordo com o nível de habilidade cognitiva e intelectual de cada aluno. Era praticamente um trabalho individualizado, dentro de um grupo de alunos com diferentes deficiências (Barbara).

Ainda neste sentido, o relato da professora Rosilene, que trabalhava em uma classe especial em Miracema, demonstra o desafio que era o trabalho com esses alunos, pois carecia-se de capacitação profissional por parte dos agentes, assim como organização e adaptação do currículo escolar para os alunos das classes especiais.

Enquanto trabalhei lá na classe Especial, meu trabalho era voltado para dar o apoio para que os alunos tivessem sucesso em executar atividades da vida diária, de fazer com que os deficientes visuais, por exemplo, tivessem independência em suas atividades rotineiras, como usar a bengala, sensibilidade com os barulhos, para por exemplo, terem condições de conseguir atravessar uma rua com segurança. Como não tínhamos currículo definido, e as turmas eram multisseriadas, pois lá tínhamos alunos de diferentes idades e diferentes deficiências, fazíamos um trabalho meio instintivo, tentávamos trabalhar com habilidades, muitas vezes, as atividades que utilizávamos eram da educação infantil. Mas para mim, trabalhar a independência dos meus alunos (que eram deficientes visuais) era minha meta... (Rosilene)

---

<sup>7</sup> Classes multisseriadas são compostas por alunos com idades e níveis educacionais diversos, com distorção idade-série, com um professor que fará o planejamento e a aplicação de conteúdos diversos. A falta de professores e adversidade dos alunos, predominantemente do campo, são fatores comuns que motivam este tipo de atendimento (MONTEIRO, 2017).

A professora Rosilene relata ainda que a notícia de que as classes especiais se findariam no ano seguinte, ou seja, no ano de 2005 para incluir os/as estudantes em classes regulares em 2006, chegou repentinamente. De acordo com a professora, “tem muito tempo mesmo que acabou a classe especial, do nada, chega uma notícia que a partir do ano seguinte não teria mais a classe, e esses alunos deveriam ser colocados nas turmas regulares”.

### **2.3 Das Classes Especiais à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: um estudo sobre o sistema de Educação de Miracema/RJ**

A partir de relatos colhidos com profissionais que estiveram atuantes nas antigas classes especiais (extintas em 2006), com recorte temporal dos anos de 1990 a 2006, buscamos entender questões como: o que tais classes especiais propunham até o ano de 2006 (ano que foram extintas); o impacto da extinção dessas classes para os/as alunos/as com deficiências e profissionais da época; como foi realizada a inclusão desses/as alunos/as ao ensino regular; os desafios enfrentados por estudantes e pela escola, que deveria a partir daquele momento incluir a todos/as.

A *priori*, trazemos o caso do Pablo, ex-aluno de uma classe especial de deficientes visuais (DV), aluno da professora Rosilene, e que, com a extinção das Classes Especiais foi “integrado” ao sistema de ensino regular. Pablo e seu irmão têm uma doença chamada síndrome de osteoporose-pseudoglioma (OPPG)<sup>8</sup>, que afeta os ossos e os olhos. Vale ressaltar, que seu irmão mais velho, Paulo, também foi aluno da professora Rosilene na Classe Especial para deficiência Visual (DM), conseguiu terminar o Ensino Médio regular no C.E. Deodato Linhares com ajuda de mediadores disponibilizados pelo NAPES, concluiu o curso superior de Direito e hoje é servidor público municipal concursado de Miracema.

---

<sup>8</sup> A síndrome de osteoporose-pseudoglioma é uma doença rara que afeta tanto o esqueleto quanto os olhos. De acordo com a definição proposta por Boyden et al (1985), a doença é caracterizada pela "aparência de pseudoglioma, causada pela opacidade do meio refrativo do olho, combinada com osteoporose generalizada, que resulta em múltiplas fraturas, deformidades esqueléticas e baixa estatura".

Pablo relata as dificuldades que encontrou no processo de transição para uma turma do ensino regular, além de citar a ausência de preparo por parte dos profissionais.

Na escola, tive muitas experiências. Passei pela classe especial, onde só havia quatro alunos, por isso, era uma sala muito quieta e tranquila. Logo após, passei para o ensino regular, onde tinha várias crianças e foi muito difícil me adaptar. Eu chorava todos os dias, era muito grito, muito barulho e eu não estava acostumado. Assim, foi preciso voltar novamente para a classe especial. Só que depois essa sala acabou e precisei novamente voltar para o ensino regular. Aquela primeira semana foi, de novo, muito complicada. Com o passar do tempo, comecei a me adaptar, não sofria preconceito e as crianças me acolhiam. Então concluí o fundamental I e passei para o II. Lá, a experiência não foi muito boa, principalmente na aula de Educação Física, pois eu ficava o tempo todo parado. O professor não tinha muita experiência e não conseguia preparar a aula de forma que eu pudesse participar e isso me frustrava, porque eu via todo mundo fazendo enquanto eu ficava apenas sentado no banco observando (Pablo).

Fui para um colégio Estadual Deodato Linhares no Ensino Médio. Fiz meu primeiro vestibular e passei para o curso de Psicologia, mas não tive condições de continuar, porque era uma faculdade particular e eu não tinha condições. Logo após, fui fazer formação de professor no Instituto de Miracema. Fiz alguns cursos, dentre eles um de educação infantil. Nele, sofri preconceito, porque a mediadora passou uma brincadeira e, segundo ela, eu não conseguiria fazer, não queria me incluir porque ficaria difícil. Uma aluna do curso provou que eu conseguiria fazer, eu fiz e ela ficou toda sem graça (Pablo).

O relato de Pablo mostra que na cidade de Miracema, assim como aconteceu em diversas partes do Brasil, as Classes Especiais foram extintas ou ressignificadas a medida em que seus alunos foram integrados ao ensino regular, a partir de 2006. A mãe de Pablo, também profissional da área de educação, relata a experiência que teve com Paulo, seu outro filho que também tem OPG. De acordo com Maria, havia resistência no oferecimento da educação regular.

No período da escola, foi uma briga constante, porque eu também sou professora, estou cursando Pedagogia agora e sou assistente social. Eu via que aqui a gente não tinha o

apoio, eu bati de frente com várias pessoas. Por fim, pensei que teria que tirar meu filho daqui, porque ele não podia ficar numa sala com quatro crianças só. Ele foi alfabetizado e agradeço imensamente a alfabetizadora dele que é a Rosilene (Rose), de Palma, que fez um curso de deficiente visual justamente para atender o Paulo na época. Mas quando acabou esse período, eu sentia que ele precisava ter contato com outras crianças. Eu o levava ao parquinho, nunca o deixei preso ou escondido dentro de casa. Chegou uma época que eu sentia que ele precisava de mais (Maria).

Em suma, a cidade de Miracema manteve as classes especiais até o ano de 2006, momento em que estudantes foram “integrados/as” ao ensino regular de forma definitiva. Conforme já explicitado, os desafios foram grandes e intensos, mas repletos de experiências e histórias de luta que se fazem presentes nos relatos aqui compartilhados.

### **3 CONCLUSÃO**

No contexto educacional atual existe uma orientação para políticas que tratam da Educação Especial como modalidade complementar ao ensino regular. Embora a inclusão escolar seja um processo desafiador que exige a mudança de mentalidade e investimentos em infraestrutura e formação docente, é um caminho que não se poderá deixar de seguir. Desta forma, ao promover a diversidade e a aceitação das diferenças no chão da escola, estamos construindo uma sociedade mais justa e inclusiva para todos/as.

No município de Miracema, interior do estado do Rio de Janeiro, diversos/as profissionais da educação vivenciaram a trajetória da Educação Especial desde os tempos das classes especiais, em que estudantes eram segregados a depender de suas deficiências, até o momento em que estes passaram a exercer seu direito ao ensino regular. Parte destes/as profissionais relata seus desafios e sucessos, conforme se apresenta na apresentação de narrativas aqui reunidas. Dentre as reflexões que pulsam, está o valor dado à que a Educação Inclusiva não seja realizada de forma superficial e volátil, sendo indispensável que haja políticas públicas efetivas, visando garantir o acesso ao direito à educação de qualidade para todos/as estudantes, respeitando suas necessidades especiais. Nesse sentido, é necessário e

importante que haja formação consistente e continuada para os/as profissionais envolvidos/as no processo educacional municipal, de modo que possam minimizar barreiras e atender às demandas de todos/as estudantes, inclusive aqueles/as com deficiências e/ou transtornos. A inclusão de estudantes com deficiências em classes regulares pode ser considerada uma conquista, mas tal conquista requer esforços e investimentos do Poder Público, conscientizados de que Educação Especial e Inclusão escolar é direito, não favor.

## REFERÊNCIAS

- BARATA, C. E. A. **Almeida Batista**: Dicionário das Famílias Brasileiras. Editoralbero-América, 2001.
- BOYDEN, L. M. et al. High bone density due to a mutation in LDL-receptor-related protein 5. **New England Journal of Medicine**, v. 346, n. 20, 1985.
- BRASIL. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/Leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L4024.htm). Acesso em 20/02/2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- CRESWELL, JOHN W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução magdalopes. – 3 ed. – porto alegre: artmed, 296 p., 2010.
- GLAT, R.; BLANCO, L.de M. V. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). **Educação inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Ed. Sette Letras, 2007.
- GLAT, R.; PLETSCHE, M. D.; FONTES, R. S. Panorama da Educação Inclusiva no município do Rio de Janeiro. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 1, 2008.
- JANUZZI, G. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do Século XXI. – 2. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- JOSSO, M. C. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Educação**, v. 63, n. 3, 2007.
- KASSAR, M. C. M. **Ciência e senso comum no cotidiano das Classes Especiais**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

MARTINS, A. D. F.; MONTEIRO, M. I. B. Alunos autistas: análise das possibilidades de interação social no contexto pedagógico. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 21, n. 2, p. 215-224, 2017.

RAFANTE, H. C. **Helena Antipoff e o ensino na capital mineira: A Fazenda do Rosário e a Educação pelo trabalho dos Meninos Excepcionais de 1940 a 1948**. 2006. 247 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos – SP, 2006.

ROSA, M. P.; BRIDI, F. R. S. Classes especiais: fatores que contribuem para a sua permanência em tempos de inclusão escolar. In: **38ª Reunião Nacional ANPEd**, São Luis, 2017. Disponível em: [http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho\\_38anped\\_2017\\_GT15\\_1046.pdf](http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT15_1046.pdf). Acesso em 26/04/2023.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha: UNESCO, 1994. 48 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 07/03/2023.

UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL; PNUD. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990. 56 p.

### **ARTIGO 3 - TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM MIRACEMA/RJ: DE ONDE SAÍMOS, PARA ONDE SEGUIMOS?**

#### **RESUMO**

Neste artigo, exploramos a história da implementação da Educação Especial na cidade de Miracema, localizada no interior do estado do Rio de Janeiro, em particular expressa no trabalho do Núcleo de Atendimento Especializado (NAE). Partimos de uma análise sobre a trajetória desse centro especializado desde a sua criação até sua fragmentação, em 2022, com a criação do Núcleo de Aplicação Psicossocial Escolar (NAPSE), para compreendermos como é a disponibilização de atendimento multidisciplinar a estudantes público-alvo da Educação Especial e se esta materializa a inclusão em educação na prática. Metodologicamente, realizamos uma investigação da própria prática, com a utilização da pesquisa narrativa, construída a partir de conversas livres e relatos pessoais de profissionais envolvidos/as nos dois núcleos, e da pesquisa documental a partir da análise de documentos e registros da trajetória de implantação destes Núcleos.

**Palavras-chave:** Educação Especial e Inclusiva; Miracema; Núcleo de Atendimento Especializado; Núcleo de Aplicação Psicossocial Escolar.

#### **ABSTRACT**

In this article, we explore the history of the implementation of Special Education in the city of Miracema, located in the interior of the state of Rio de Janeiro, in particular expressed in the work of the Núcleo de Assistência Especializado (NAE). We started with an analysis of the trajectory of this specialized center from its creation to its fragmentation, in 2022, with the creation of the School Psychosocial Application Nucleus (NAPSE), in order to understand how the provision of multidisciplinary care to students target audience of Education Special and whether it materializes inclusion in education in practice. Methodologically, we carried out an investigation of the practice itself, with the use of narrative research, built from free conversations and personal reports of professionals involved in the two centers, and documentary research from the analysis of documents and records of the implementation trajectory of these Cores.

Keywords: Special and Inclusive Education; Miracema; Specialized Service Center; School Psychosocial Application Center.

## RESUMEN

En este artículo, exploramos la historia de la implementación de la Educación Especial en la ciudad de Miracema, ubicada en el interior del estado de Río de Janeiro, expresada en particular en el trabajo del Núcleo de Assistência Especializado (NAE). Partimos de un análisis de la trayectoria de este centro especializado desde su creación hasta su fragmentación, en 2022, con la creación del Núcleo de Aplicación Psicosocial Escolar (NAPSE), con el fin de comprender cómo es el objetivo la prestación de atención multidisciplinaria a los estudiantes. público de Educación Especial y si se materializa la inclusión en la educación en la práctica. Metodológicamente, realizamos una investigación de la propia práctica, con el uso de una investigación narrativa, construida a partir de conversaciones libres y relatos personales de los profesionales involucrados en los dos centros, y una investigación documental a partir del análisis de documentos y registros de la trayectoria de implementación de estos. Núcleos.

Palabras clave: Educación Especial e Inclusiva; miracema; Centro de Servicio Especializado; Centro de Aplicación Psicosocial Escolar.

## 1 INTRODUÇÃO

Inclusão educacional é um valor a ser almejado por uma sociedade justa e igualitária. Trata-se da busca por assegurar a discentes, independentemente de suas particularidades, o acesso digno a um ensino de qualidade, escolarizado ou não, favorecendo que sejam protagonistas de seu processo de aprendizagem (MAHL et al., 2012). Neste sentido, encampamos uma abordagem de Educação Especial coadunada com a inclusão como valor, ou seja, neste texto, tratamos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, como normatizado pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e por outros dispositivos nacionais e internacionais (BRASIL, 2008).

Entre os dispositivos nacionais temos as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na Educação Básica, onde é assegurada a oferta do AEE dentro da modalidade

de Educação Especial, cuja função é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação de estudantes, considerando suas necessidades específicas. Tal atendimento complementa e/ou suplementa a formação de estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Dentro deste contexto, os núcleos de atendimento especializado com abordagem interdisciplinar e multiprofissional vêm ganhando espaço nas redes educacionais como promotores da educação inclusiva, sendo respaldados juridicamente pela Resolução nº 4/2009, do MEC/CNE que, em seu artigo 5º, dispõe:

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009).

A implementação das salas de Recursos Multifuncionais (SRM) nas escolas é, pois, a principal ferramenta para o Atendimento Educacional Especializado visto configurar-se como o espaço/tempo onde ocorrem tanto o atendimento complementar quanto o suplementar às estratégias pedagógicas comuns de ensino realizadas junto aos alunos com deficiência (intelectual, auditiva, visual e múltipla), altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento (BRASIL, 2009). Os centros especializados não são o espaço preferencial para o atendimento, mas passaram a ser uma realidade em muitos municípios onde há escassez de salas de recursos. Em tese, são criados para, juntamente com as escolas regulares, garantir que estudantes recebam a atenção necessária para o seu desenvolvimento integral, através da articulação de práticas pedagógicas, estratégias de ensino e recursos específicos. Alguns destes centros especializados ou núcleos, inclusive, possuem a sala de recursos como parte de sua infraestrutura. As abordagens multidisciplinar e multiprofissional tendem a ser a base do trabalho destes núcleos de

atendimento especializado, uma vez que favorecem o trabalho cooperativo de profissionais de diferentes áreas do conhecimento para identificar e atender às necessidades específicas de cada estudante público-alvo da Educação Especial.

Na cidade de Miracema, o Atendimento Educacional Especializado tem sido realizado através do trabalho multidisciplinar e multiprofissional do Núcleo de Atendimento Especializado (NAE) que, a partir de 2022, se fragmentou e passou a atuar em conjunto com o Núcleo de Aplicação Psicossocial Escolar (NAPSE), voltado para o atendimento especializado de estudantes da rede municipal que apresentem alguma dificuldade relacionada à aprendizagem, conforme será pormenorizado no decorrer deste trabalho.

## **2 METODOLOGIA**

Metodologicamente, as principais estratégias de investigação que utilizamos neste artigo foram pesquisa bibliográfica e documental, por considerá-las como instrumento que possibilita a avaliação do conhecimento produzido em pesquisas prévias e permite destacar conceitos, procedimentos, resultados e discussões relevantes para o trabalho em elaboração. Enfim, para Gil (2002), esse tipo de pesquisa permite a cobertura de uma gama de fenômenos mais ampla do que aquela que poderia ser investigada diretamente. Em complemento, utilizamos ainda, a pesquisa narrativa, que vem como um tipo de estratégia investigativa, que surge do interesse de, a partir das histórias de vida e vivências dos profissionais envolvidos na educação Especial, de ontem e de hoje, juntamente com acervos documentais e bibliográficos de diferentes épocas, procurar entender os processos de formação e estruturação da Educação Especial no município de Miracema/RJ, em um espaço temporal específico, na tentativa de se construir interpretações históricas e culturais sobre o tema. Entendemos que [...] múltiplos projetos habitam, tecem, dinamizam e programam os relatos das histórias de vida e também nos informam sobre os desejos de ser e de vir a ser de seus autores (JOSSO, 2006,p. 27).

Como principais técnicas e instrumentos de coleta de dados utilizamos a observação e registro em diário de campo, assim como, entrevistas

(semiestruturadas), que me sinto à vontade em dizer que foram diálogos e/ou relatos, trocas de experiências com pessoas que, voluntariamente, se interessaram pelo objeto da pesquisa, por sentirem que suas experiências poderiam contribuir para a tessitura da história da Educação Especial do município de Miracema/RJ.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 Abordagem Multidisciplinar e Multiprofissional no contexto da Educação Especial

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva, cursou um longo e difícil caminho até o estágio atual, embora ainda haja muito a ser feito neste sentido. Assim, a articulação entre diferentes áreas e a educação podem colaborar para traçar estratégias pedagógicas diversificadas, visando o desenvolvimento escolar de crianças público-alvo da Educação Especial<sup>9</sup>. No Brasil, as leis que tratam da Educação Especial garantem o direito ao ensino especializado para indivíduos que apresentem deficiência mental, sensorial, física ou múltipla (ARCANJO; JUNIOR; MÁRMORA, 2018). É importante ressaltar, que modificações no ato de ensinar não são tarefas fáceis e simples de serem executadas, nem ao menos é possível que o professor do ensino regular consiga realizar sozinho. É necessário contar com o suporte de uma rede de profissionais de apoio, recursos suficientes, formação e outros aspectos necessários para a execução de um bom processo de ensino-aprendizagem para seus alunos. Neste interim, percebemos que a inclusão escolar não se faz somente dentro da sala de aula, e sim em todos os ambientes.

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva tem por proposta a educação de todos os alunos juntos, deixando-os aptos para o convívio em sociedade a partir da escola, conforme afirma Mantoan (2003, p. 33), “incluir é não deixar ninguém de fora da escola comum, ou seja, ensinar a todas as crianças indistintamente”.

Entretanto, sabe-se que a criação de um ambiente verdadeiramente inclusivo exige muito mais e não depende exclusivamente das ações dos professores de ensino comum, e muito menos somente dentro do ambiente da sala de aula. Logo, faz-se necessário que os sistemas educacionais, se esforcem no sentido de estruturar suas escolas para que possam oferecer

---

<sup>9</sup> De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), compreende-se alunos público-alvo da Educação Especial os estudantes: com deficiência (sensoriais, motoras e/ou intelectuais), transtorno do espectro do autismo ou altas habilidades/superdotação.

respostas eficazes às necessidades de aprendizagem de todos os alunos, de modo que suas práticas pedagógicas possam remover barreiras para o acesso e aprendizagem de todos /as, indistintamente.

Uma educação especial na perspectiva da educação inclusiva requer, entre vários aspectos, a construção de uma cultura colaborativa que vise a parceria com professores de Educação Especial e profissionais especializados em diversas áreas, que trabalhando de forma integrada possam elaborar e implementar práticas pedagógicas verdadeiramente voltadas para a inclusão, e é sobre esse contexto que versaremos mais adiante.

### **3.2 Trajetória da Educação Especial em Miracema: para onde seguimos?**

Revisitando a história da Educação Especial do município de Miracema/RJ, a partir de um marco temporal entre a década de 90 até os dias atuais, e através de pesquisas documentais e relatos de pessoas que participaram deste momento e que se voluntariaram a contribuir com este estudo, conforme análises tecidas no capítulo 2 cujo título é “Das Classes Especiais à Educação Inclusiva: Um Estudo sobre o sistema de Educação de Miracema/RJ”. A partir de tais trocas de experiências, percebemos que a escolarização de crianças com deficiência nesta época, era delineada nos moldes da segregação escolar, onde as crianças com deficiência eram atendidas prioritariamente pela APAE, que exercia um trabalho de atendimento educacional e assistencial para crianças com deficiência, que não eram incentivadas a frequentar a escola regular pelas legislações da época.

Neste período em Miracema/RJ, as escolas mantidas pelo governo estadual eram maioria, e tinham com responsabilidade a escolarização de todos as crianças em idade escolar. Já em âmbito municipal, ficou a obrigatoriedade do oferecimento de matrículas em creches para crianças de 0 a 5 anos de idade, e que seguia um perfil voltado para o assistencialismo, não seguindo parâmetros educacionais. Desta forma, a partir de estudo dos relatos de profissionais que atuaram nesta época, podemos constatar que a educação escolar do município de Miracema/RJ era oferecida somente por escolas estaduais, englobando desde a Educação Infantil (antiga Pré-escola), Ensino Fundamental (chamado de 1º grau) até o Ensino Médio (antigo de 2º grau).

Ainda em referência a educação oferecida nesta época, há evidências nos diálogos e histórias relatadas, que em algumas escolas estaduais oferecia-se ainda, a matrícula em Classes Especiais para alunos que tinham algum tipo de deficiência considerada leve ou necessidade especial. Infere-se que esses alunos eram encaminhados muitas vezes pela APAE, que na época, fazia tais encaminhamentos para essas classes, selecionando aqueles alunos que segundo seus parâmetros, teriam condições de frequentar o ambiente escolar (na figura das classes especiais) concomitantemente ao atendimento oferecido por ela, enquanto instituição.

Com o passar dos anos e os avanços das discussões sobre a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a partir do ano de 2006, o estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), iniciou a extinção das Classes Especiais, e dá início ao processo de integração dos alunos, das então Classes Especiais, para o Ensino Regular das escolas estaduais.

Em concomitância a esta transição no oferecimento da Educação Especial, ocorria no município o processo de municipalização do ensino, onde grande parte das escolas estaduais foram transferidas para competência do município de Miracema, que então ficou sob a responsabilidade do oferecimento da Educação Infantil ao 2º segmento do Ensino Fundamental. Neste contexto, houve considerável redução na matrícula dos alunos com deficiência na rede municipal, pois o município não possuía condições de suporte a estes alunos, que regressaram para sua origem, a APAE ou evadiram a escola.

Ainda segundo relatos dos profissionais da época, a partir de 2014 foi criada a primeira sala de recursos no município de Miracema/RJ, com duas professoras concursadas para a Educação Especial, que se dividiam em 2 turnos (manhã e tarde), e que recebiam alunos através de encaminhamento de um Núcleo Educacional, pertencente a Secretaria Municipal de Educação. Esse Núcleo estruturava-se a partir de uma equipe formada por uma pedagoga, 1 Assistente Social e 1 psicóloga, que atendiam a demandas de todas as escolas da rede municipal, dando suporte em casos de estudantes que apresentavam algum tipo de limitação no processo de ensino-aprendizagem. Desta forma, tentavam manter um trabalho integrado com a Sala de Recursos, que

funcionava em um anexo de uma escola municipal, e recebia tais alunos para acompanhamento e apoio no desenvolvimento de habilidades necessárias à escolarização.

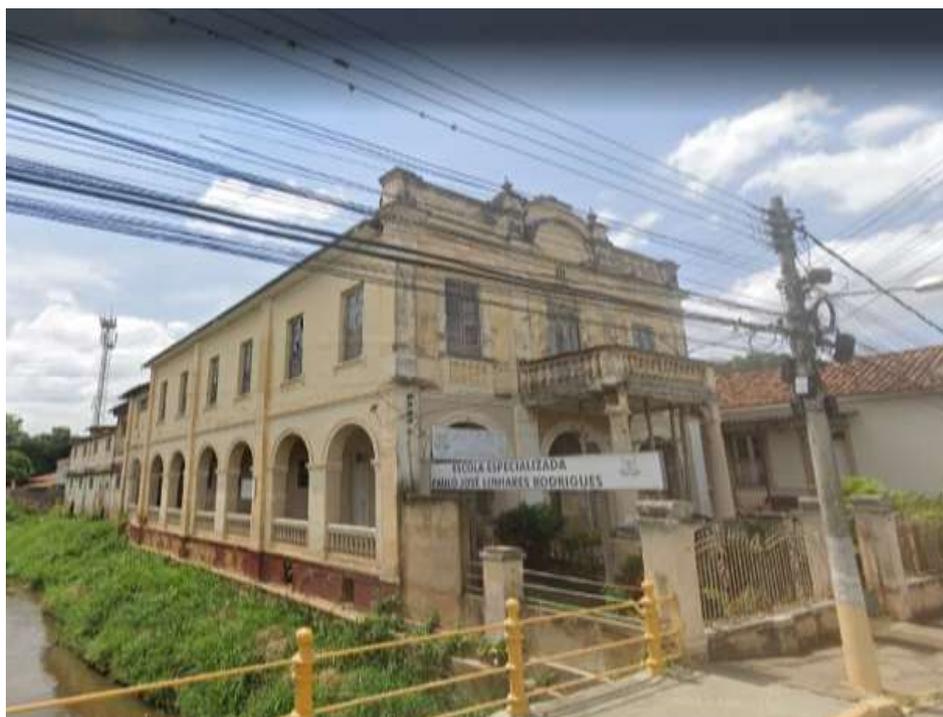
É importante destacar, que o Secretário Municipal de Educação em relato a esta pesquisadora, destaca que o município de Miracema/RJ teve comprometimento no recebimento de recursos para implantação das Salas de recursos Multifuncionais devido à falta de apontamento de informações sobre matrícula de alunos com deficiência no sistema do Censo escolar, o que resultou no não recebimento de verbas para implantação de tais salas, informa ainda, que tal problema só foi detectado no ano de 2017, e que a partir daí, as informações foram corrigidas.

Conforme narrativas mais à frente tecidas, foi em 2017, que houve um avanço considerável de incentivo à implantação de uma política de gestão voltada para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que evolui de uma Sala de Recursos para um Núcleo de Atendimento Especializado (NAE), que passa a contar com uma equipe multiprofissional e multidisciplinar para atendimento dos alunos da rede municipal. A gestão municipal, visou com esta iniciativa, centralizar em um único espaço atendimentos que antes eram oferecidos em diferentes endereços, e que se tornavam um obstáculo à continuidade no tratamento e atendimento de crianças com transtornos e/ou deficiência.

### **3.2.1 Origens: contribuições da APAE Miracema**

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) foi criada em 1954, no Rio de Janeiro, e no ano 1978 se instalou no município de Miracema, num anexo do prédio do antigo Aeroclube, situado na Rua Barroso de Carvalho, nº 79, fundos, no bairro Centro. Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla. A Rede APAE destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente em mais de 2 mil municípios em todo o território nacional (APAE, 2019).

Figura 1 – Prédio da APAE em Miracema



Fonte: Google Maps.

Nesse tempo a Organização acumulou resultados expressivos e que refletem o trabalho e as conquistas do Movimento Apaeano na luta pelos direitos das pessoas com deficiência. Nesse esforço destacam-se a incorporação do Teste do Pezinho na rede pública de saúde; a prática de esportes e a inserção das linguagens artísticas como instrumentos pedagógicos na formação das pessoas com deficiência, assim como a estimulação precoce como fundamental para o seu desenvolvimento e tantas outras.

Na trajetória da Educação Especial no município de Miracema, a APAE é a pioneira no atendimento educacional, ambulatorial e assistencial para crianças com deficiência, que na época, só podiam frequentar tal instituição, pois sua escolaridade não era permitida nos espaços escolares regulares, entende-se que foi um período de segregação que perdurou ainda por muitos anos, sendo superados e enfraquecidos através do fortalecimento dos Movimentos de apoio Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Figura 2 – Estatuto da APAE de Miracema



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MIRACEMA  
 ESCOLA ESPECIALIZADA PAULO JOSÉ LINHARES RODRIGUES  
 RUA BARROSO DE CARVALHO, 79 – FUNDO 6 – CENTRO  
 MIRACEMA-RJ – CEP: 28440-000 – TEL: (22) 38520298  
 CNPJ: 28.881.777/0001-75  
 EMAIL: [apaemiracema@vnet.com](mailto:apaemiracema@vnet.com)

## ESTATUTO DA APAE DE MIRACEMA

### CAPÍTULO I

#### Da Denominação, Sede e Fins

Art. 1º – A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Miracema ou, abreviadamente, APAE de Miracema, fundada em Assembleia realizada em 26 de setembro de 1978 nesta cidade de Miracema, passa a regular-se por este Estatuto, pelo Regimento Interno e pela legislação civil em vigor.

Art. 2º – A APAE de Miracema é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, tendo sede na Rua Barroso de Carvalho, nº 79, bairro centro, e foro no município de Miracema, estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º – A APAE de Miracema tem por MISSÃO promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Art. 4º – A APAE de Miracema adota como símbolo a figura da flor margarida, com pétalas amarelas, centro laranja, pedúnculo e duas folhas verdes, uma de cada lado, ladeada por duas mãos em perfil, na cor cinza, desniveladas, uma em posição de amparo e a outra, de orientação, tendo embaixo, partindo do centro, dois ramos de louro, contendo tantas folhas quanto forem os números dos estados brasileiros mais o Distrito Federal.

Parágrafo Único - A utilização e a aplicação do símbolo do movimento APAEano deverá observar cores, proporções, áreas de isolamento, tipografia, formatação das assinaturas, em conformidade com o manual da marca expedido pela Federação Nacional das APAES.

Art. 5º – A bandeira da APAE de Miracema, na cor azul, contendo ao centro o símbolo do movimento APAEano e o nome da APAE, terá dimensões na proporção de 1 de altura por 1,5 de largura.

Parágrafo Único - A confecção da bandeira, contemplando a aplicação da marca e das cores, deverá estar em conformidade com o manual da bandeira expedido pela Federação Nacional das APAES.

Art. 6º – Os eventos realizados pela APAE poderão utilizar como instrumento norteador o Manual Básico – Cerimonial da Rede APAE, elaborado pela Federação Nacional das APAES, para organização de seus protocolos.



Fonte: Acervo próprio.

No ano de 2002, no intuito de fortalecer a sobrevivência da APAE no município, foi criada através de lei a Escola Especializada Paulo José Linhares, entidade APAE Miracema, visando atender a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim como o Projeto da Federação Nacional das APAE, chamado de APAE Educadora.

Desta forma, passa-se a APAE<sup>10</sup> de Miracema para o rol das escolas municipais de Miracema, onde continuou com seu funcionamento em horário integral, atendendo alunos com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, a nível pedagógico, ambulatorial e assistencial, contando com uma equipe de profissionais de diferentes áreas, composta por Pedagogos, Assistentes Sociais, Psicólogos, Neurologistas, Dentistas, Fonoaudiólogos, Terapeutas Ocupacional, Ortopedistas e Fisioterapeutas, assim como prestadores de serviços voluntários que colaboram na prestação de atendimento a portadores de diversos tipos de deficiências, como síndromes de Down, deficiência auditiva, mental, física e múltipla.

Até o ano de 2006, quando os alunos com deficiência das classes especiais passaram a ser integrados em classes do ensino regular, esta instituição chegou a atender cerca de 140 alunos, sendo que cerca de 80 eram pertencentes da própria escola especializada (APAE), e os demais em atendimento ambulatorial.

No ano de 2009, o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, definindo o público-alvo do AEE:

- I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.
- II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.
- III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (Idem, art. 4º).

---

<sup>10</sup> A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) é uma associação em que, além de pais e amigos dos excepcionais, toda a comunidade se une para prevenir e tratar a deficiência e promover o bem-estar e desenvolvimento da pessoa com deficiência. A instituição oferece educação especial e estrutura para tratamento de deficientes físicos e intelectuais. As APAEs têm como principal missão prestar serviços de assistência social no que se diz respeito a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência, conscientizando cada vez mais a sociedade (APAE Brasil, 2023).

Neste sentido, entende-se que a Escola Especializada Paulo José Linhares Rodrigues, APAE de Miracema, foi intitulada como Escola Municipal especializada para que pudesse receber verbas do FUNDEB<sup>11</sup>, tendo em vista que atende alunos com níveis de deficiência mais severas, oferecendo a eles atendimento multiprofissional, tanto pedagógico quanto ambulatorial, em horário integral, assim como oferece também, apoio assistencial às famílias destes.

Neste contexto, é válido ressaltar que as legislações vigentes asseguram aos alunos com deficiência adaptações curriculares, bem como o acesso igualitário aos programas sociais, avaliações adaptadas e todo o necessário para concluir o programa escolar. Contudo, a estes alunos devem ser asseguradas também a acessibilidade, por meio da eliminação de quaisquer barreiras arquitetônicas e urbanísticas das edificações, bem como o acesso a serviços da rede de atendimento socioassistencial, com o objetivo de promover o atendimento integral aos alunos e seus familiares. Assim, se compreende que a Educação Especial ultrapassa os limites do ambiente de aprendizagem, compreendendo todo o suporte necessário para garantir o desenvolvimento do educando, respeitando suas especificidades (MAGALHÃES, 2011).

### **3.2.2 Tecituras que constroem o trabalho do NAE: função clínica ou pedagógica?**

Sabe-se que a escola deve ser acessível a todos e que a educação ofertada na escola deve se adaptar para atender quaisquer alunos, incluindo aqueles com algum tipo de deficiência. Entre as estratégias para garantir o acesso à educação de qualidade que contemple todas as pessoas, se observa na literatura a necessidade de uma equipe multiprofissional, uma vez que o ambiente escolar é heterogêneo, demandando serviços diversos de apoio (FREITAS; JACOB, 2019).

---

<sup>11</sup> O Fundeb tem como principal objetivo promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação. A destinação dos investimentos é feita de acordo com o número de alunos da educação básica, com base em dados do censo escolar do ano anterior (APAE Brasil, 2023).

No município de Miracema busca-se, há alguns anos, desenvolver um esforço de colaboração entre diversos profissionais da área da Educação e da Saúde, que atuando cooperativamente, procuravam articular ideias acerca do desenvolvimento das crianças, de forma a desenvolver propostas de intervenção voltadas para crianças com deficiências em âmbito da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Desta forma, no ano de 2017, tem início a implantação do Núcleo de Atendimento Especializado (NAE) no município de Miracema, oferecendo um serviço multidisciplinar e multiprofissional, com profissionais que trabalhando de forma coordenada, acreditam poder oferecer aos alunos por eles atendidos, terapias que lhes ajudem a facilitar sua inserção na vida escolar.

Infere-se que essas crianças que atualmente são atendidas pelo NAE, antigamente eram encaminhadas para o Sistema Único de Saúde (SUS), uma rede que até então não funcionava de forma integrada com a Educação. Segundo o Secretário de Educação Municipal, a motivação para a criação do NAE nasceu a partir de uma Sala de Recursos, que tinha duas professoras de Educação Especial concursadas e de um polo de apoio pedagógico que funcionava juntamente à Secretaria Municipal de Educação, com uma Pedagoga, uma Psicóloga e uma Assistente Social, que trabalhavam atendendo às demandas advindas das escolas. E assim ele narra da seguinte forma:

“Então vamos traçar assim um marco, 2017 a gente assume, existem essas salas, essas duas salas de recursos, mas na realidade o funcionamento era visível em apenas uma das escolas. Nós tínhamos dentro da Secretaria de Educação um polo, com duas psicólogas, uma assistente social, uns três nutricionistas, tínhamos também pedagogos e parte desses pedagogos tinham formação em psicopedagogia. Mas na realidade esse era um grupo de profissionais que em tese contribuiriam com as escolas no que fosse possível para além da sala de aula, no que o professor não conseguisse dar conta sozinho. Mas uma coisa que nos chama a atenção é o número de alunos incluídos nas chamadas indicações para AEE lá no Censo escolar, e esses alunos eram um número muito pequeno no início, e logo assim em 2016 nós já tínhamos observado. Quando nós assumimos em 2017 já haviam casos de mediadores, casos esses que foram através de judicialização, então os responsáveis pelas crianças iam até a justiça para ganhar e garantir o direito de ter o mediador escolar. Em um caso específico de uma criança do município

de Miracema era-se obrigado por determinação da justiça fazer o pagamento de um centro de tratamento que se chamava CACI em Itaperuna, então o município de Miracema pagava para que esse aluno pudesse ser atendido lá. Então começamos a pensar como seria possível implantar esse núcleo em Miracema. Sabíamos que inicialmente essas crianças eram encaminhadas para a rede do sistema único de saúde (SUS) e essa rede não funcionava de forma integrada, essas questões elas começaram a montar uma série de pontos de interrogação em nossa cabeça que a gente não tinha como respondê-las de imediato. Então o que nós fizemos? Fizemos o NAE em 2017, e naquele momento nós fizemos algo que foi transferir as duas professoras de educação especial que atuavam em salas de recursos para este núcleo. Incluímos nesse núcleo outros profissionais, pois nós já tínhamos psicólogos, já tínhamos nutricionistas, já tínhamos psicopedagogos, e nós incluímos fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeuta ocupacional e neuropediatra. Tudo de uma vez só? Não, claro que não!

Então em 2017 o NAE iniciou de forma muito tímida e a gente avançou numa discussão porque um dos problemas foi como trabalhar com uma equipe multidisciplinar, ou seja, com diferentes profissionais, técnicos de diferentes áreas de conhecimento, mas também multisetorial, porque nesse momento a secretaria de saúde ela vem como parceira para oferecer os profissionais que nós não tínhamos na educação e que nós não poderíamos contratar”.

A professora de Educação Especial, que acompanhou a evolução do projeto do NAE desde seu início a partir da sala de recursos diz:

“Em 2017, foi quando surgiu a ideia de não ser mais um Núcleo de Apoio e sim de atendimento, unificado, onde se juntou a sala de recursos e os profissionais de polo de atendimento educacional (2 psicólogas e 1 Assistente Social) para agregar seus conhecimentos em áreas específicas necessárias para os alunos que ali eram atendidos. Mas como o NAE foi crescendo, crescendo e crescendo nós não tínhamos condições físicas e profissionais especializados em todas as áreas demandadas, hoje já melhorou muito, mas como a demanda só cresce, até hoje não podemos dizer que temos 100% de condições de atendimento a todos que procuram pelo nosso trabalho”.

De acordo com o regimento interno do NAE, devem ser atendidos os alunos das rede pública municipal e particular de ensino, que estejam no processo de inclusão social. Nesse contexto, nos chama a reflexão, a dúvida se as crianças com dificuldades no processo de aprendizagem, também não

devessem ser prioridade neste núcleo, o que entenderemos mais à frente com o avançar dos diálogos.

O Núcleo de Atendimento Especializado (NAE) está situado na avenida Deputado Luiz Fernando Linhares, nº 1395, no bairro Proletária, em prédio cedido provisoriamente pela Secretaria Municipal de Saúde, onde funcionava o antigo PSF Diva Petula da Silva, às margens da RJ 116. Em sua estrutura física conta com 9 salas de atendimento, 1 sala de recurso, 1 sala de Diretoria, 1 área externa de recreação, 1 sala de reuniões, 1 sala de espera, 3 banheiros adaptados e 1 copa/cozinha, todos com acessibilidade.

Figura 3 – Sede do NAE de Miracema



Fonte: da autora

O NAE atualmente é coordenado por responsável designado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal. E entre os profissionais disponíveis na unidade em 2023, se encontram: 2 fonoaudiólogos, 1 terapeuta ocupacional, 4 psicólogos, 1 fisioterapeuta, 2 psicopedagogos, 1 nutricionista, 2 pedagogos, 2 professoras da Educação Especial, 2 assistentes sociais, 1 neurologista e 5 funcionários de apoio. É importante ressaltar, que a equipe que compõe o NAE atualmente, não é, em sua maioria, servidores do quadro efetivo, o que gera um desafio e esforço para que se dê continuidade às terapias das crianças que

lá são atendidas, haja vista, que o rodízio de profissionais que por lá passam e não permanecem é muito evidente.

Segundo relatos dos profissionais que lá estão em atividade, outro desafio que precisa de atenção do poder público municipal, é quanto a localização do prédio, pois situa-se à margem da RJ/116, sendo distante do centro da cidade, em um local que consideram de perigo para o tráfego de crianças, o que torna ainda mais difícil, a continuidade das terapias, tendo em vista que o NAE não possui o oferecimento de transporte para as crianças e famílias que precisam dos atendimentos.

Quanto à forma de atendimento, é importante ressaltar, que cada aluno atendido pelo NAE possui um prontuário preenchido pelos profissionais envolvidos em seu atendimento, ficando os responsáveis comprometidos a levarem os alunos (pacientes) nas datas e horários agendados para as consultas, sendo o Conselho Tutelar do município notificado a partir do momento em que o aluno apresentar 3 faltas consecutivas.

Durante a pesquisa, quando se falava em prontuário, um incômodo foi se instaurando, assim como dúvidas quanto ao caráter clínico estar sempre sendo incluído nas narrativas, e pouco se falava sobre os resultados pedagógicos que tal trabalho multidisciplinar deveria oferecer como prioridade, já que subentendia-se que o NAE oferecesse como ênfase um Atendimento Educacional Especializado (AEE), e não uma reabilitação clínica/ambulatorial, o que estava ficando cada dia mais evidente nas narrativas de seus profissionais, como segue abaixo a fala de uma fonoaudióloga, e atual coordenadora do núcleo:

“O NAE pra mim, sempre teve caráter ambulatorial, clínico, pois oferecemos terapias e atendimentos com Neuropediatria, que quando necessário, faz uso da medicalização nas crianças que apresentam um comprometimento neurológico, que apenas terapias, não dão conta de ajudá-lo”.

Para além disso, está estabelecido no Regimento do NAE que a instituição deveria dar retorno mensal às unidades escolares em relação aos avanços do aluno em atendimento, assim como sua frequência, garantindo assim a articulação entre os profissionais da saúde e da educação, o que

percebemos não acontecer ainda. O NAE hoje, encontra-se sobrecarregado com os atendimentos/terapias, ou seja, não há tempo hábil para dar o *feedback* para as escolas, e estas também não conseguem fazer essa conexão com os profissionais do NAE, o que fica evidente ser um empecilho para o sucesso de tal projeto que deveria priorizar um trabalho integrado visando a inclusão dessas crianças em sua totalidade, e não apenas oferecer atendimentos clínicos.

Experiência vivida por nós, como docentes e pesquisadoras, no cotidiano escolar, tem demonstrado que é recorrente uma desarticulação entre professor de referência da turma comum e pelo professor de AEE, pois não há tempo destinado aos planejamentos conjuntos e há profissionais que sequer se conhecem, principalmente se forem de escolas diferentes (BRAUN; MARIN, 2016).

O atendimento oferecido pelo NAE hoje, inicia-se pelo encaminhamento da criança pela escola ou pelo médico pediatra. No NAE esta criança passa pela triagem, que é um atendimento realizado pelo neuropediatra, onde se verifica os tipos de necessidades terapêuticas ou recursais que ela necessita, incluindo-se em alguns casos a prescrição de medicação, geralmente quando já há um diagnóstico definido. Após esta verificação, faz-se os agendamentos dos horários e dias de atendimentos com os profissionais que irão atendê-la, onde a partir daí inicia-se o atendimento com a equipe multiprofissional.

Como já citado em parágrafo anterior sobre minha crítica ao uso do prontuário no NAE, também me causa estranhamento a propositura de diagnósticos já na triagem, ou mesmo com um mês de tratamento, o que me traz à tona os estudos sobre a sociologia do diagnóstico:

Traz, portanto, a sociologia do diagnóstico contribuições significativas para uma compreensão do diagnóstico que extrapola os próprios limites do conceito de saúde e de doença ao nos fornecer reflexões tanto sobre os impactos sociais do diagnóstico, especialmente nas nossas salas de aula. Ao encamparmos diagnósticos para delimitarmos nossas práticas pedagógicas, deformamos subjetividades e determinamos a deterioração da vida do sujeito e de sua família. Acentuamos a criação de estigmas e transformamos a sala de aula não em espaço de exercício da criatividade, mas em extensão dos consultórios médicos. Fixamos nossas práticas a partir de

restrições do nosso olhar sobre o mundo e sobre a realidade(GOMES, 2020, p.6).

Segundo relatos dos profissionais do NAE, uma vez na semana, a equipe multiprofissional se reúne para o que intitulam de “estudo de caso”, onde avaliam a evolução de alguns casos específicos conjuntamente, e caso necessário, também se propõem a mudar a rota do atendimento desde que seja para benefício da criança.

É também através do NAE que se solicita mediação escolar para os alunos que dela necessitam, onde o objetivo é um trabalho pedagógico mais individualizado dentro do ambiente escolar regular. Ressalto, que o NAE apenas faz a solicitação por escrito indicando a necessidade de mediação escolar para a criança, e não possui influência e nem contato com este profissional, o que me causa mais um desconforto, por entender que não há uma continuidade do trabalho do NAE junto aos mediadores que atendem esses alunos no ambiente escolar.

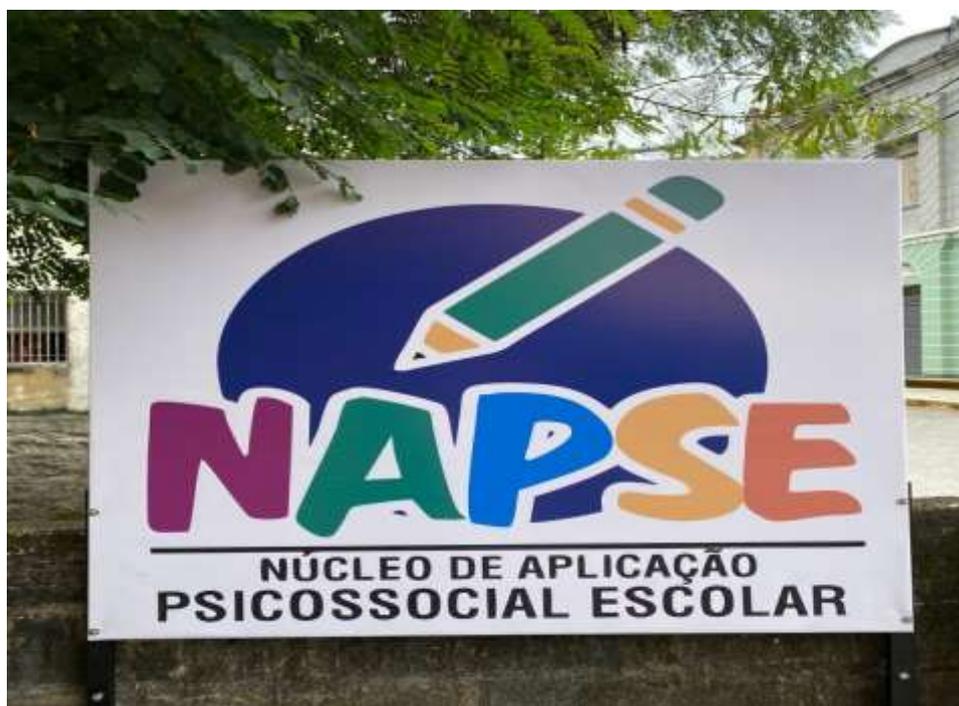
Com o passar dos anos e o investimento do Poder Público, o NAE passou a atender cada vez mais crianças, sendo que atualmente conta com mais de 240 atendimentos e uma fila de espera de cerca de 50 crianças. O projeto teve início com 37 crianças no ano de 2017, iniciando seu trabalho a partir de uma sala de recursos, o que nos reporta a perceber que houve avanço no projeto, assim como também há falhas que precisam ser sanadas para que todo esse projeto seja realmente em favor de uma Educação verdadeiramente inclusiva e para todos.

### **3.2.3 O NAPSE: atuação pedagógica e social?**

O Núcleo de Aplicação Psicossocial Escolar (NAPSE), por sua vez, é um dispositivo vinculado e mantido pela Secretaria Municipal de Educação, bem como pela Prefeitura de Miracema, que tem natureza pedagógica. O núcleo foi criado a partir da pandemia do COVID-19 que assolou o mundo no ano de 2019, num contexto de isolamento social, que também trouxe uma nova dinâmica de atuação para o contexto escolar.

O NAPSE, atualmente, encontra-se instalado na Rua Moacyr Schuler, nº 62, bairro centro, em uma casa que teve suas dependências adaptadas às necessidades do núcleo.

Figura 4 – Sede do NAPSE



Fonte: da autora

O NAPSE conta hoje, com duas psicólogas, duas fonoaudiólogas, uma nutricionista, uma professora de reforço escolar e uma psicopedagoga que atua como coordenadora. Tais profissionais atuam nas demandas dos alunos da rede municipal que apresentam relação de dificuldades com a fala, sua ausência ou outras questões, dificuldades de aprendizagem, atraso escolar e questões comportamentais. Além disso, conta ainda, com um trabalho de terapia complementar para auxiliar os alunos a partir da arte, mecanismos musicais, entre outros. A equipe possui ainda um pedagogo, que auxilia na proposição de metodologias educacionais para auxiliar casos específicos dos alunos atendidos pelo núcleo, e uma assistente social para possíveis intervenções quando os problemas são relacionados a estrutura familiar e social de tais crianças.

Na área administrativa, o NAPSE conta com profissionais de atendimento e serviços gerais e uma secretária para acolher os encaminhamentos e promover os agendamentos.

Como já dito anteriormente, o NAPSE começou a ser pensado a partir do retorno presencial das aulas pós Pandemia do Covid-19, onde a partir de várias reuniões pedagógicas em que a maioria dos profissionais escolares estavam com as mesmas preocupações, no sentido de perceber que alguns alunos retornaram às aulas presenciais com muitas dificuldades de aprendizagem, atrasos quanto a habilidades das quais deveriam estar desenvolvidas tendo em vista o parâmetro idade/série, assim como, em situação de dificuldade de se socializarem com outras crianças, necessitando assim, de avaliação de profissionais que pudessem auxiliar com medidas que pudessem ajudar no desenvolvimento escolar dessas crianças.

Nesse interim, percebe-se a preocupação em tentar parametrizar os alunos a um nível considerado “aceitável” de acordo com sua idade e/ou nível escolar, e que segundo Gomes (2016), é como se houvesse uma pressão social em rotular todo comportamento considerado fora da norma, que por obrigação deva ter um diagnóstico, um nome de definição que resuma todo aquele ser, o que não pode ser a regra:

Os rótulos que se evidenciam com os diagnósticos trazem consigo alguns dos problemas sociais “ocultados”, como o das pessoas com dificuldades de aprender. Por isto, ressalte-se que complexidade que envolve o diagnóstico não pode tornar seu estudo restrito ao campo médico (GOMES, 2020, p.4).

Segundo o Secretário Municipal de Educação, o trabalho dos núcleos acontece da seguinte forma:

“Então, hoje, o aluno que mostra uma dificuldade de aprendizagem ele é encaminhado para uma avaliação dessa equipe multidisciplinar (NAE), e essa equipe vai perceber se essa criança tem uma um transtorno ou se ela tem uma dificuldade, ou seja, se for um caso de transtorno, nesse momento ele continua no NAE, se for uma dificuldade de aprendizagem, essa criança é encaminhada para o NAPSE, porque a gente entende que é algo temporário. E o NAPSE é um Núcleo de Apoio Psicossocial que nós montamos em 2022 que também conta com a grande maioria de servidores

especializados em terapias, assim como o NAE. Então, hoje nós temos um segundo núcleo, um para cuidar das questões de transtornos (NAE) e outro para cuidar de questões de dificuldade de aprendizagem e/ou algumas questões transitórias (NAPSE)”.

Percebe-se que acontece uma triagem, que tem colaborado em desafogar os atendimentos do Núcleo de Atendimento Especializado (NAE), pois muitos alunos que eram encaminhados não necessitavam de terapias, e sim de uma atenção pedagógica mais individualizada.

A mediação escolar<sup>12</sup> no município também está vinculada ao NAPSE, que é o órgão responsável em promover a gestão, manutenção e a formação dos mediadores. O núcleo promove encontros e seminários periódicos para supervisionar, organizar e promover a orientação dos profissionais que atuam nas escolas como mediadores. Atualmente, o município conta com 138 mediadores escolares.

Nesse contexto, percebe-se que o NAE atua com crianças que apresentam algum tipo de deficiência e/ou transtorno, já as crianças que demonstram dificuldades de aprendizagem e outras questões transitórias são encaminhadas ao NAPSE, que é um núcleo de apoio psicossocial, também instituído pelo município.

Em uma análise proposital, percebe-se uma incoerência novamente em relação aos mediadores escolares, que deveriam estar vinculados ao NAE, já que atendem crianças com transtornos e/ou deficiências que precisam de um atendimento diferenciado e mais individualizado. Desta forma percebo esta falha na divisão de atribuições e responsabilidades de cada núcleo, pois os alunos do NAPSE são alunos que não apresentam deficiências, evidentemente não necessitam de mediação, já os alunos atendidos pelo NAE, são alunos com comprometimentos que demandam, em sua maioria, mediação escolar.

Desta forma, não seria mais eficiente que tais mediadores estivessem sob supervisão do NAE, já que assistem alunos que são atendidos por ele?

---

<sup>12</sup>Podemos pensar a mediação escolar como um serviço de suporte à inclusão escolar que terá suas funções delineadas conforme as especificidades de cada estudante. O mediador, ao desenvolver o trabalho, posiciona-se como ponte que enlaça o aluno com os vários atores escolares e com as práticas pedagógicas(MACHADO, 2021).

Tal percepção, refletiria também na otimização do diálogo (*feedback*) entre o NAE e as escolas, já que os mediadores poderiam realizar essa conexão, o que só traria benefícios para o aluno em seu desenvolvimento global, pois permitiria avaliação das decisões quanto às terapias utilizadas, assim como nas tomadas de decisões quanto a possíveis mudanças de percurso nos tratamentos das crianças atendidas pelo NAE.

Logicamente, por ser um núcleo que entrou em trabalho muito recentemente, sendo ainda um embrião em desenvolvimento, acredito que com o tempo e o amadurecimento dos objetivos e missões de cada núcleo, perceba-se que tais núcleos precisam estar num trabalho integrador muito maior, onde se complementem ou se suplementem em suas atividades, mas que não se percam no objetivo principal que é uma educação que seja de fato para todos, deficientes ou não, mas todos que necessitem de ser assistidos em suas particularidades.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo apresenta uma iniciativa proposta por um trabalho conjunto entre as secretarias de Saúde e Educação, no município de Miracema, no interior do Rio de Janeiro. Trata-se de um trabalho de natureza multiprofissional, que tem como objetivo contemplar uma proposta de Educação Especial sob a perspectiva da Educação Inclusiva.

Desta forma, a partir das reflexões até aqui tecidas, percebe-se que historicamente a APAE Miracema iniciou o trabalho de atendimento a pessoas com deficiência no município de Miracema/RJ, contando com o apoio de profissionais de diversas áreas, e que atualmente prioriza os alunos com deficiências intelectuais e múltiplas. Percebe-se ainda, que com o passar dos anos e as transformações dos instrumentos legais e metodologias de ensino-aprendizagem, bem como a integração dos alunos outrora atendidos pela APAE e também na escola regular, o município de Miracema/RJ dá um passo inicial rumo à implementação da Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, que foi instituir um Núcleo de Atendimento Especializado (NAE). Tal núcleo oferece apoio multiprofissional e

multidisciplinar articulado a rede municipal de ensino para acompanhar o desenvolvimento dos alunos deficiências consideradas leves e/ou transtornos.

Para além disso, após diálogos com os profissionais da rede sobre o impacto da Pandemia do COVID-19 no ambiente escolar, foi decidido pela instituição de um outro núcleo, que complementaria e aliviaria o trabalho e as demandas do NAE. Neste contexto, foi criado o Núcleo de Aplicação Psicossocial Escolar (NAPSE), com a proposta de atender especificamente os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Destacamos que ambas as iniciativas possuem relevância sob a perspectiva da educação especial voltada para a inclusão, mas a crítica deste estudo é tecida sob uma perspectiva prática, uma vez que se torna visível um problema em se identificar o papel de cada núcleo dentro da educação municipal, atentando-se para a necessidade de realizarem um trabalho articulado, estruturado e de assistência a todos os alunos que necessitem de ferramentas de aprendizagens colaborativas. É de se perceber, que grandes são os desafios do NAE e do NAPSE em ofertar um modelo de proposta de Atendimento multidisciplinar e multiprofissional que atenda a todas as demandas do município de Miracema, que tem se esforçado em oferecer uma Educação Especial sob a perspectiva da Educação Inclusiva, embora ainda se tenha muito a avançar, assim como em amadurecer o formato de oferecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) através de núcleos multiprofissionais e multidisciplinares.

Desta forma, conclui-se que uma educação verdadeiramente inclusiva é um objetivo que apenas poderá ser alcançado se proporcionarmos ao educando a oportunidade de aprender em classes regulares, com o conteúdo adaptado às suas características individuais e com o apoio de profissionais de diversas áreas, que engajados, busquem por oferecer uma educação de qualidade e que atenda a todos /as indistintamente.

## REFERÊNCIAS

APAE. FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. **APAE**: apresentação. Disponível em: <https://www.apaebrasil.org.br/>. Acesso em 30/04/2023.

ARCANJO, A. D. M.; JUNIOR, C. A.; MARMORA, C. H. C. O papel de uma abordagem multidisciplinar na Educação Inclusiva: relato de caso. **Revista Augustus**, v. 23, n. 46, 2018.

BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e educação especial: para além do AEE. **VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Prática Pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado**. Nova Almeida Serra, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 2009. Seção 1, p. 17.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 2.

BRAUN, Patrícia; MARIN, Márcia. Ensino Colaborativo: uma possibilidade do Atendimento Educacional Especializado. *Revista Linhas*. Florianópolis, V.17, n. 35, pag. 193-215, set/dez.2016.

FREITAS, M. C.; JACOB, R. N. Inclusão educacional de crianças com deficiências: notas do chão da escola. **Educ. Pesq.**, v. 45, n. 1, 2019.

GOMES, Jacqueline de Souza. Sala de aula: "laboratório", e não consultório. *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 18, 19 de maio de 2020.

MACHADO, N. L. **A mediação escolar: um recurso a favor do processo de inclusão**. Mundo Autista, 2021. Disponível em: <https://omundoautista.uai.com.br/a-mediacao-escolar-um-recurso-a-favor-do-processo-de-inclusao/#:~:text=Podemos%20pensar%20a%20media%C3%A7%C3%A3o%20escolar,e%20com%20as%20pr%C3%A1ticas%20pedag%C3%B3gicas>. Acesso em 01/05/2023.

MAGALHÃES, R. C. B. P. Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado (AEE): expressões do contexto da educação inclusiva brasileira. **VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Prática Pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado**. Nova Almeida Serra, 2011.

MAHL, E. et al. Desafios e ações para a efetiva inclusão educacional: algumas considerações. **Revista Exitus**, v. 2, n. 1, 2012.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme citei no decorrer deste trabalho, uma abordagem inclusiva do processo de escolarização abarca diversas questões que ultrapassam a simples inserção dos alunos em classes regulares. De igual modo, o conceito de Educação Especial vai além da atitude excludente que se teve outrora, em um tempo em que se segregava alunos em função de suas deficiências.

Esta pesquisa, em formato multipaper, teve por objetivo problematizar como se deu a trajetória de aprimoramento da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no município de Miracema, no interior do estado do Rio de Janeiro, analisando seus progressos, assim como também seus obstáculos, e considerando o disposto em diversos acervos legais, bem como nas palavras de autores que publicaram estudos diversos acerca desta temática.

No primeiro artigo, tratou-se, de forma breve e objetiva, da trajetória histórica da Educação Especial no município de Miracema, e dos desafios envolvendo a implementação de um modelo de educação que contemplasse o que se preconiza sobre a perspectiva da Educação Especial e Inclusiva. Neste sentido, concluiu-se que o atendimento prestado pelo Núcleo de Atendimento especializado (NAE), na cidade de Miracema, embora necessite de um maior alinhamento com os dispositivos normativos, propicia uma estrutura capaz de garantir o acompanhamento de crianças com deficiência e/ou transtornos no processo de escolarização, ultrapassando o conceito da mera inserção em classes regulares e evoluindo para a disponibilização de matrícula nas escolas regulares e Atendimento Educacional Especializado – AEE através do acompanhamento do Núcleo de Atendimento Especializado (NAE).

No segundo artigo foi abordada a implementação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no sistema escolar municipal. Nos relatos narrativos apresentados no desenvolvimento, restou claro o empenho da gestão municipal desde o fim das classes especiais até a inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares, neste sentido, foram criados os núcleos de apoio como o NAE e o NAPSE, bem como foi fortalecida a estrutura da APAE no município. Nesse contexto, percebi

que vários profissionais de educação vivenciaram transformações no sistema de ensino no sentido de contemplar a inclusão na Educação Especial. Ressalto, contudo, que ainda é um desafio à gestão municipal oferecer formação continuada para os profissionais envolvidos na escolarização de alunos com deficiências e/ou transtornos, bem como proporcionar um trabalho integrado entre os atuais núcleos de apoio (NAE e NAPSE) e os profissionais da escola.

Entendo que, para contemplar as demandas existentes no caso de alunos com ou sem deficiências, em uma sociedade em constante transformação, faz-se necessárias pautas em políticas públicas que contemplem o diálogo e a proposição de iniciativas direcionadas para atender desde a estrutura física acessível até a articulação do Atendimento Educacional Especializado – AEE, no caso de Miracema/RJ, na figura do NAE e NAPSE, com a escola, com os pais e com a sociedade.

No terceiro artigo, teço reflexões sobre os caminhos percorridos na Educação Especial do município de Miracema, ressaltando um processo gradual de municipalização do ensino que se deu a partir da década de 1990, já que a maioria das escolas até então eram mantidas pelo poder público estadual. Neste estudo, abordei questão da identidade do Núcleo de Atendimento Especializado (NAE) do município, esforço oriundo de parceria entre as secretarias de educação e saúde, articulando ideias sobre o desenvolvimento das crianças e desenvolvendo estratégias de intervenção visando a inclusão dos alunos com deficiências e/ou transtornos nas escolas regulares. Apresento, ainda, o NAPSE, dispositivo mantido pela Secretaria de Educação e pela Prefeitura de Miracema, com natureza pedagógica, surgido com a pandemia da Covid-19 e que se propõe a trabalhar com questões relacionadas a dificuldades de aprendizagem, atraso escolar e dificuldades com a fala e outras questões comportamentais.

Concluo reforçando que o município de Miracema/RJ tem se destacado em proporcionar apoio às escolas e às famílias, com o oferecimento do Atendimento Educacional Especializado – AEE através de núcleos de apoio, como o NAE e NAPSE, assim como com a disponibilidade de mediadores escolares, procurando meios de abastecer o sistema do Censo Escolar com informações coerentes, no intuito de conseguir mais recursos para implantação

de salas de Recursos Multifuncionais em todas as escolas. Mas, reconheço também que o caminho a ser percorrido ainda é longo e cheios de obstáculos, repleto de pontas soltas que precisam se conectar, especialmente no tocante ao trabalho integrado e cooperativo entre estudantes, os núcleos, a escola e a família dos atendidos. Um primeiro passo rumo ao implemento da política de educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva foi dado e, com isto, reforço minha esperança de boas perspectivas para o futuro.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Renata Costa. **Inclusão para todos**: os desafios do corpo docente, gestores e familiares na tarefa de não excluir na Educação Infantil. Monografia (Especialização em Educação Especial e Inclusiva). Universidade Cândido Mendes, 2018, 42 p.

APAE. FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. **APAE**: apresentação. Disponível em: <https://www.apaebrasil.org.br/>. Acesso em 30/04/2023.

ARCANJO, Ana Darc Moreira; JUNIOR, Carlos Alberto; MARMORA, ClaudiaCerqueira. O papel de uma abordagem multidisciplinar na Educação Inclusiva: relato de caso. **Revista Augustus**, v. 23, n. 46, 2018.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: para além do AEE. **VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial**: Prática Pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Nova Almeida Serra, 2011.

BARATA, Carlos Eduardo Almeida. **Almeida Batista**: Dicionário das Famílias Brasileiras. Editora Ibero-América, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. [Trad. Lucy Magalhães]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BOYDEN, Lynn. M. et al. High bone density due to a mutation in LDL-receptor-related protein 5. **New England Journal of Medicine**, v. 346, n. 20, 1985.

BRASIL, M.E.C. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>> Acesso em 02/07/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 2009. Seção 1, p. 17.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo escolar, 2021.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de dezembro de 1996. Florianópolis: Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em 25/05/2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 2.

BRASIL. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/Leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L4024.htm). Acesso em 20/02/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Portaria Ministerial nº 323 de 10 de setembro de 2020.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-323-de-10-de-setembro-de-2020-276902528>. Acesso em 28/05/2023.

BRAUN, Patrícia; MARIN, Márcia. Ensino Colaborativo: uma possibilidade do Atendimento Educacional Especializado. Revista Linhas. Florianópolis, V.17, n. 35, pag. 193-215, set/dez.2016.

CARVALHO, Rosita Eder. **Educação inclusiva:** com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução magdalopes. – 3 ed. – porto alegre: artmed, 296 p., 2010.

DECLARAÇÃO, DE SALAMANCA–UNESCO. Conferência Mundial sobre Educação Especial. **Salamanca, Espanha,** 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em 02/07/2022.

FACION, José Raimundo. **Inclusão escolar e suas implicações.** 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

FREITAS, Marcos Cezar; JACOB, RosangelaNezeiro. Inclusão educacional de crianças com deficiências: notas do chão da escola. **Educ. Pesq.,** v. 45, n. 1, 2019.

FUMEGALLI, Rita de Cassia Avila. **Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos.** Monografia (Especialização em Educação Especial). Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, 2012, 50 p.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). **Educação inclusiva:** cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Ed. Sette Letras, 2007.

GLAT, Rosana.; PLETSCHE, Marcia Denise; FONTES, Rejane. Panorama da Educação Inclusiva no município do Rio de Janeiro. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 1, 2008.

GOMES, Jacqueline de Souza. Sala de aula: "laboratório", e não consultório. *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 18, 19 de maio de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNS 2019**: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Agência IBGE, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia#:~:text=A%20PNS%202019%20estimou%20em,9%20milh%C3%B5es%20em%20domic%C3%ADlios%20rurais>. Acesso em 28/05/2023.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. **Educação Inclusiva**: recomendações de políticas de educação inclusiva para governos estaduais e federal, 2022. Disponível em: [https://institutorodrigomendes.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Educacao-Inclusiva\\_Ed.Ja2022.pdf](https://institutorodrigomendes.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Educacao-Inclusiva_Ed.Ja2022.pdf). Acesso em 07/09/2022.

JANUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do Século XXI. – 2. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

JOSSO, Marie Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Educação**, v. 63, n. 3, 2007.

KASSAR, Monica Carvalho Magalhães. **Ciência e senso comum no cotidiano das Classes Especiais**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagem qualitativa. 2ª ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2017.

MACHADO, Danielle; CAZINI, Janaina. (org). **Inclusão e Educação**. Atena Editora: Ponta Grossa, PR, 2019.

MACHADO, Nathália Lopes. **A mediação escolar: um recurso a favor do processo de inclusão**. Mundo Autista, 2021. Disponível em: <https://omundoautista.uai.com.br/a-mediacao-escolar-um-recurso-a-favor-do-processo-de-inclusao/#:~:text=Podemos%20pensar%20a%20media%C3%A7%C3%A3o%20escolar,e%20com%20as%20pr%C3%A1ticas%20pedag%C3%B3gicas>. Acesso em 01/05/2023.

MAGALHÃES, Rita de Cassia Barbosa Paiva. Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado (AEE): expressões do contexto da educação inclusiva brasileira. VI **Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial**: Prática Pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Nova Almeida Serra, 2011.

MAHL, Eliane. et al. Desafios e ações para a efetiva inclusão educacional: algumas considerações. **Revista Exitus**, v. 2, n. 1, 2012.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna. 2006.

MARTINS, Alessandra Dilair Formagio; MONTEIRO, Maria Inês Barcelar. Alunos autistas: análise das possibilidades de interação social no contexto pedagógico. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 21, n. 2, p. 215-224, 2017.

MENDES, Rodrigo Hubner. **Educação Inclusiva na prática**. São Paulo: Fundação Santillana, 2020.

MENDES, Rodrigo Hubner. **Recomendações para políticas de educação inclusiva**, 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/rodrigo-mendes/2022/08/14/recomendacoes-para-politicas-de-educacao-inclusiva.htm>. Acesso em 05/09/2022.

MIRACEMA. **Geografia da cidade**, 2022. Disponível em: <https://www.miracema.rj.gov.br/pagina/2/geografia>. Acesso em 05/07/2022.

MIRACEMA. **Lei nº 1.602 de 18 de junho de 2015**: aprova o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015-2025 e dá outras providências. Disponível em: [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/174657/Miracema\\_Lei\\_1.602\\_15\\_Plano\\_Municipal\\_de\\_Educacao.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/174657/Miracema_Lei_1.602_15_Plano_Municipal_de_Educacao.pdf). Acesso em 05/07/2022.

MIRACEMA. **Nova sede do NAE será inaugurada nesta terça-feira em Miracema**, 2022. Disponível em: <https://www.miracema.rj.gov.br/noticia/1153/nova-sede-do-nae-seraacute-inaugurada-nesta-tercedila-a-feira-em-miracema>. Acesso em 05/07/2022.

MRECH, Leny Magalhães. **Educação Inclusiva: Realidade ou Utopia?** Disponível em: [http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=97:educacao-inclusiva-realidade-ou-utopia-&catid=6:educacao-inclusiva&Itemid=17](http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=97:educacao-inclusiva-realidade-ou-utopia-&catid=6:educacao-inclusiva&Itemid=17). Acesso em 22/06/2022.

PERTILE, Eliane Brunetto; ROSSETTO, Eelizabeth. As políticas de inclusão e a educação escolar: contrapontos necessários. **Educação – Revista quadrimestral**, v. 39, n. 3, 2016.

RAFANTE, Huelalia Charalo. **Helena Antipoff e o ensino na capital mineira: A Fazenda do Rosário e a Educação pelo trabalho dos Meninos Excepcionais de 1940 a 1948**. 2006. 247 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos – SP, 2006.

RIO DE JANEIRO. **Estudos Socioeconômicos**: Municípios do Rio de Janeiro, 2021. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:

[https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos\\_socioeconomicos](https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos). Acesso em 01/08/2022.

ROCHA, Viviane Moreira. Perspectiva histórica e desafios da escola pública: dificuldades da escola pública na inclusão de alunos com necessidades especiais. **VII Congresso Nacional de Educação**, Maceió-AL, 2020.

RODRIGUES, Lucas Yuri Silva; MACEDO, Yuri Macedo. Educação Especial e Inclusiva: Reflexões a partir da surdez para o ensino. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, v. 01, n. 01, 2020.

ROSA, Maiandra Pavanelo; BRIDI, Fabiane Romano Souza. Classes especiais: fatores que contribuem para a sua permanência em tempos de inclusão escolar. In: **38ª Reunião Nacional ANPEd**, São Luis, 2017. Disponível em: [http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho\\_38anped\\_2017\\_GT15\\_1046.pdf](http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT15_1046.pdf). Acesso em 26/04/2023.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Oficina do CES, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, n. 135, jan. 1999.

SILVA, Aline Maira. **Educação especial e inclusão escolar: História e Fundamentos**. Curitiba: Ibpex, 2010.

SILVA, Margarete do Rosário. **Dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva**. 2011. Disponível em: [http://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/2487/1/2011\\_MargaretRosarioSilva.pdf](http://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/2487/1/2011_MargaretRosarioSilva.pdf) f> Acesso em 03/07/2022.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha: UNESCO, 1994. 48 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 07/03/2023.

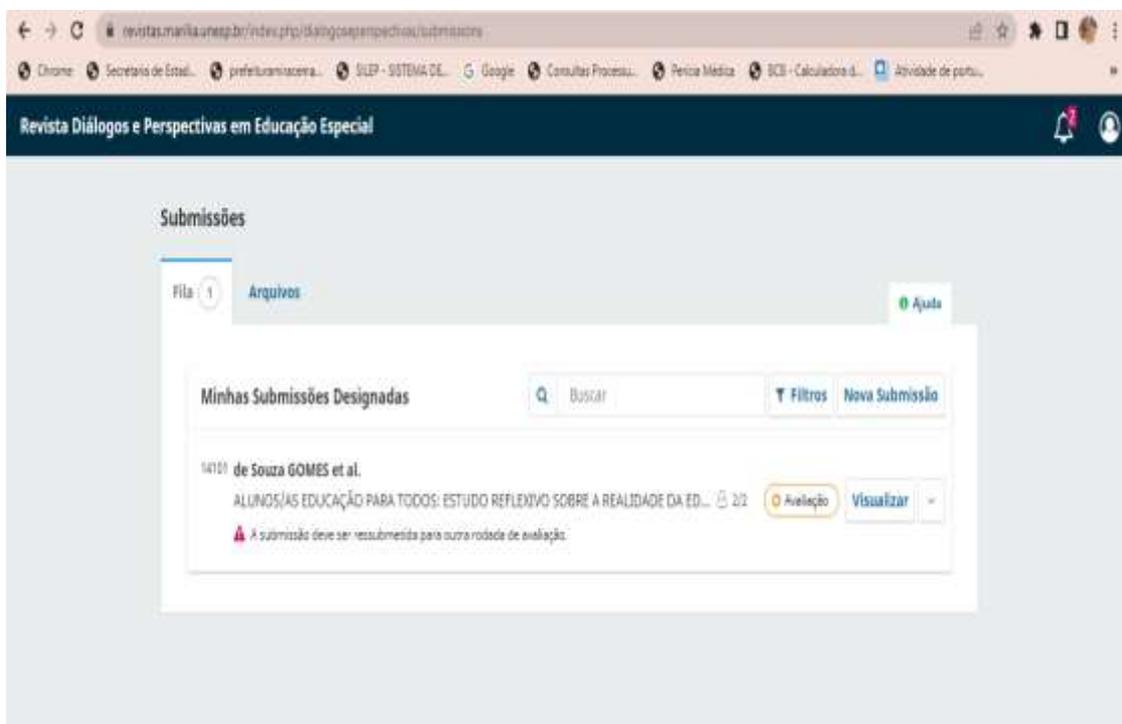
UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL; PNUD. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990. 56 p.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão, exclusão, in/exclusão. **Verve**, v. 20, n. 1, 2011.

VILELAS, José Manuel da Silva. **Investigação: o processo de construção do conhecimento**. 3 ed. São Paulo: Sílabo, 2009.

## ANEXO A – Comprovante de submissão do Artigo 1



## ANEXO B – Comprovante de publicação Artigo 2



Revista **teias**  
 ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1902-0305 | ISSN: 0518-5370



CAM SOBRE PÁGINA DO USUÁRIO PESQUISA ATUAL ANTERIORES NOTÍCIAS NORMAS  
 PARA SUBMISSÃO EXPEDIENTE AHEAD OF PRINT INDEXADORES TEMPLATE PARA SUBMISSÃO

Capa > Usuário > Autor > Arquivar

### Arquivar

ATIVO ARQUIVO

ID	NUMERO	SEÇÃO	AUTORES	TÍTULO	SITUAÇÃO
7420	03-73	EduEpi	Bercabas, Corina	DAI CLASSES ESPECIAIS A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO	v. 24, n. 73 (2023): Revista Teias n.73: A contemporaneidade da produção de conhecimento em educação especial e inclusiva no Brasil

OPEN JOURNAL SYSTEMS  
 Ajuda do sistema

**USUÁRIO**  
 Logado como: **deniborealis**

- Meus periódicos
- Perfil
- Sair do sistema

**AUTOR**

Submissões

- Ativo (0)
- Arquivo (1)

v. 24, n. 73 (2023): Revista Teias n 73: A contemporaneidade da produção de conhecimento em educação especial e inclusiva no Brasil

SUMÁRIO



ISSN 1518-5370 [impresso] - 1902-0305 [eletrônico]

Teias, uma publicação eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Educação - ProPEd/UERJ  
 Qualis/Capes - A2 (2017/2021) DOI: 10.12957/teias